



LEI Nº 909, DE 30 DE AGOSTO DE 2021.

Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERTENTES, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do art. 82 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DEFINIÇÕES E CONCEITOS.

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 1º Cumprindo as disposições constantes no inciso II do art. 165 da Constituição da República, no inciso I, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco e no inciso II do art. 82 da Lei Orgânica Municipal, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para 2022, compreendendo:

- I - disposições preliminares, orientações gerais e transparência;
- II - metas e prioridades da administração;
- III - estrutura, organização e elaboração do orçamento municipal;
- IV - receitas e alterações na legislação tributária;
- V - execução da despesa;
- VI - transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- VII - procedimentos sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VIII - celebração de operações de crédito;
- IX - contingenciamento de despesas e critérios para limitação de empenho;
- X - controle de custos e avaliação de resultados;
- XI - disposições gerais e transitórias.

Seção II Das Normas, Definições e Conceitos

Art. 2º Aplicam-se, na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2022, as normas e procedimentos constantes nos instrumentos abaixo:

- I - Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- II - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- III - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 8ª edição a partir de 2019, aprovado pelas Portarias Conjuntas STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 e atualizações.



IV - Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir do exercício de 2022, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 924, de 8 de julho de 2021.

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I - Categoria de Programação, consiste no detalhamento das despesas das unidades orçamentárias por função, subfunção, programa e ação, compreendendo:

a) Programa, o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ações, são operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa, especificadas no orçamento através de projetos e atividades;

c) Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

II- Reserva de Contingência, compreende o volume de recursos orçamentários destinado ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos imprevistos, que serão utilizados como fonte de recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais;

III - Transferência, a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;

IV - Delegação de execução, consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

V - Despesa Obrigatória de Caráter Continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

VI - Execução Física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

VII- Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

VIII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

IX – Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas;



X - Passivos Contingentes, decorrem de compromissos firmados pelo governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamentos;

XI - Contingência Passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade;

XII – Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, consiste na compatibilização do fluxo de pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados da arrecadação, para atender aos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

XIII – Classificação por Fonte/Destinação de Recursos, tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos, associando, no orçamento, fontes de receita à determinadas despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES GERAIS E DA TRANSPARÊNCIA
Seção Única
Das Orientações Gerais, da Transparência e do Equilíbrio

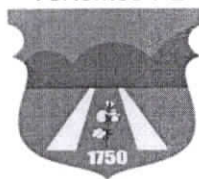
Art. 4º Deverão ser assegurados a transparência da gestão fiscal e os princípios da publicidade, da participação popular e do controle social na elaboração e execução do orçamento municipal de 2022.

§ 1º São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios digitais de acesso público:

- I - os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II - o balanço geral das contas anuais e pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
- III - os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária;
- IV - os Relatórios de Gestão Fiscal;
- V - os sistemas de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, disponibilizados pela internet, de amplo acesso público;
- VI - o Portal da Transparência.

§ 2º Serão realizadas audiências públicas no período de elaboração do Plano Plurianual – PPA 2022/2025 e da LOA/2022, assim como durante a execução orçamentária no exercício de 2022, quadrimestralmente, para avaliação e demonstração do cumprimento de metas fiscais, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º Até 5 (cinco) dias úteis após o envio da proposta orçamentária para 2022 à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará em seu Portal da Transparência na internet cópia integral do projeto da LOA/2022 e seus anexos.



Art. 5º Na elaboração, aprovação do Projeto da LOA/2022 e durante a execução da respectiva Lei, deverão ser observados o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais, que poderão ser revistas por lei em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional.

CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES, METAS E RISCOS FISCAIS

Seção I Das Prioridades e Metas

Art. 6º São estabelecidas as prioridades e metas da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, que terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre de 2022, em audiências públicas, na Câmara de Vereadores.

§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as disposições dos artigos 167 e 212 da Constituição Federal e regras da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Seção II Do Anexo de Prioridades

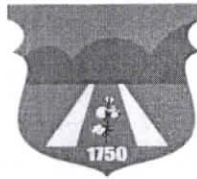
Art. 7º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal integram o Anexo de Prioridades, com a denominação de ANEXO I, onde constam as escolhas do governo e da sociedade.

Art. 8º As ações prioritárias identificadas no ANEXO I que integra esta Lei, constarão do orçamento e serão executadas durante o exercício de 2022, de acordo com a disponibilidade de recursos, em consonância com o Plano Plurianual 2022/2025 e a programação orçamentária aprovada.

Parágrafo único. Na execução orçamentária em 2022 levar-se-á em consideração ações que levem ao desenvolvimento sustentável.

Seção III Do Anexo de Metas Fiscais

Art. 9º O ANEXO II- Anexo de Metas Fiscais, estabelecido pelo § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas e despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2022 e para os dois seguintes, bem como avaliação das metas do exercício anterior, por meio dos seguintes demonstrativos:



- I - Demonstrativo 1: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo 2: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo 3: Metas Fiscais Atuais Comparadas com Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo 4: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo 5: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo 6: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, sem valores;
- VII - Demonstrativo 7: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII - Demonstrativo 8: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º O Município está vinculado apenas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pela União, conseqüentemente, inexistente RPPS.

§ 2º Devido a inexistência de Regime Próprio de Previdência Social no Município, o Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, segue sem nenhum valor declarado.

Art. 10. A metodologia e as memórias de cálculo, relativas aos valores dos demonstrativos desta Lei, foram elaborados em conformidade com disposições do MDF 12ª edição, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional e integram o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2022.

Seção IV Do Anexo de Riscos Fiscais

Art. 11. O Anexo de Riscos Fiscais dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem, integra esta Lei por meio do ANEXO III.

Art. 12. Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, consoante disposições da alínea “b” do inciso III, do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Serão destinados no orçamento recursos exclusivamente do orçamento fiscal para a reserva de contingência de pelo menos 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada.

§ 2º Na hipótese de não utilização da reserva de contingência nos fins previstos no art. 5º, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101, de 2000, a reserva poderá ser usada como recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais a partir de julho de 2022, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.



Seção V

Das Obras em Execução, da Conservação do Patrimônio e dos Novos Projetos

Art. 13. Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos no Projeto da LOA/2022.

Art. 14. O ANEXO IV desta Lei constitui o Demonstrativo de Obras em Execução e Despesas de Conservação do Patrimônio Público, para atender ao dispõe o art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção VI

Da Avaliação e do Cumprimento de Metas

Art. 15. Durante a execução orçamentária, o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal, relativo a cada quadrimestre, publicados nos termos da legislação vigente.

Art. 16. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados nesta Lei.

Parágrafo único. A programação financeira e o cronograma de desembolso, estabelecido no art. 8º da LRF, serão aprovados por Decreto Executivo até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual/2022.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I

Das Classificações Orçamentárias

Art. 17. Na elaboração dos orçamentos será obedecida a classificação constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, vigente para o exercício de 2022, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, citado no inciso III do art. 2º desta Lei.

Art. 18. Será adotada a classificação de receita orçamentária de utilização obrigatória pelos entes da Federação, padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive vinculação às fontes/destinação de recursos.

Art. 19. O Quadro de Detalhamento da Despesa, que será publicado até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, terá o seguinte detalhamento:



- I - Classificação Institucional;
- II - Classificação Funcional;
- III - Classificação por Estrutura Programática;
- IV - Classificação da Despesa por Natureza:
 - a) Categoria Econômica;
 - b) Grupo de Natureza de Despesa;
 - c) Modalidade de Aplicação;
 - d) Elemento de Despesa;
- V - Classificação por Fonte/Destinação de Recursos.

Parágrafo único. A proposta orçamentária poderá ser apresentada e executada com a classificação orçamentária até a modalidade de aplicação.

Art. 20. Sendo a proposta orçamentária apresentada com o detalhamento constante no caput do art. 19, após aprovada e sancionada a LOA/2022, o orçamento já será publicado com os demonstrativos do quadro de detalhamento da despesa classificado nos termos dos incisos I a V do referido artigo.

Art. 21. As dotações relativas à classificação orçamentária encargos especiais vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinam-se a custear os encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização de dívidas, juros e encargos de dívidas;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;
- VI - Amortização de dívidas previdenciárias;
- VII - Despesas com inativos e pensionistas;
- VIII - Outros encargos especiais.

Art. 22. A demonstração de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas desta Lei, será feita por meio de anexo que integrará a Lei Orçamentária de 2022.

Seção II

Da Organização dos Orçamentos

Art.23. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município e discriminarão suas despesas com o detalhamento previsto no MCASP, referenciado no inciso III do art. 2º desta Lei.

§1º O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.



§2º Na elaboração da proposta orçamentária do Município, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e admitida a inclusão de projetos genéricos, compatíveis com o plano plurianual.

§ 3º Constarão dotações na proposta orçamentária para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.

§ 4º A lei orçamentária não consignará dotação de investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

§ 5º Cada programa identificará os projetos, atividades e operações especiais necessários para atingir seus objetivos, especificando os respectivos valores, finalidade e as unidades orçamentárias responsáveis por sua realização.

§ 6º A programação de cada órgão apresentará, por programa, as intervenções necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, com os respectivos valores e operações, não podendo haver alterações que modifiquem as finalidades estabelecidas.

Art.24.No orçamento cada projeto, atividade ou operação especial terá identificada a função e a subfunção às quais se vinculam, codificadas de acordo com a classificação vigente e apresentará as dotações orçamentárias, por fonte/destinação de recursos, por grupos de natureza de despesa e modalidades de aplicação.

Seção III

Do Projeto de Lei Orçamentária Anual

Art.25. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, será constituída de:

- I - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- II - Anexos;
- III - Mensagem.

Art. 26. A composição dos anexos da Lei Orçamentária será feita por meio de quadros, tabelas e demonstrativos orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais.

Art. 27.Acompanham a Lei Orçamentária Anual de 2022 os seguintes Quadros, Demonstrativos e Anexos:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:



- a) Anistias;
- b) Remissões;
- c) Benefícios fiscais de natureza financeira e tributária.

III - Tabelas e Demonstrativos:

- a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2019, 2020 e orçada para 2021;
- b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2019, 2020 e fixada para 2021;
- c) Quadro demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa destinada a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, bem como o percentual orçado, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;
- d) Quadro demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012 e despesas fixadas na proposta orçamentária, destinada às ações e serviços públicos de saúde no Município;
- e) Quadro demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;
- f) Relação de fontes de recursos.

IV - Anexos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, que integrarão o orçamento:

- a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo a natureza;
- b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;
- c) Anexo 2: Demonstrativo da despesa por categoria econômica e por unidade orçamentária;
- d) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho;
- e) Anexo 7: Demonstrativo dos Programas de Trabalho do Governo, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;
- f) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;
- g) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

V - Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária, com as metas de receitas, despesas, resultado nominal e primário;

VI - Demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, consoante disposições do § 6º do art. 165 da Constituição da República.

Art. 28. A mensagem, que integra a proposta orçamentária, conterá:

- I - Análise da conjuntura econômica enfocando os aspectos que influenciem o Município;
- II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;
- III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;
- IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada;
- V - Situação da dívida do Município, restos a pagar e compromissos financeiros exigíveis.



Art. 29. Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

Art. 30. Serão consignadas atividades distintas para despesas com o pagamento de pessoal referente aos profissionais da educação básica e outras despesas de pessoal de educação.

Art. 31. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em junho de 2021.

Art. 32. As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada, evidenciado o "superávit" corrente, no orçamento anual.

Art. 33. A Modalidade de Aplicação 99 será utilizada para classificação orçamentária de reserva de contingência.

Art.34. O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, elaborado e encaminhado pelo Poder Legislativo para 2022, será incluído na proposta orçamentária, obedecendo a classificação orçamentária vigente.

Art. 35. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária conterá autorização para o Poder Executivo proceder, mediante Decreto, à abertura de créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada.

Seção IV
Do Processamento e das Alterações
Subseção I
Do Processamento e das Emendas

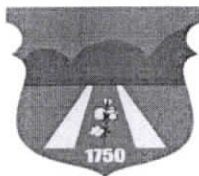
Art. 36. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, §3º da Constituição da República, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Chefe do Poder Executivo devidamente consolidado, junto com todas as emendas e anexos.

§ 1º As emendas deverão ser compatíveis com o plano plurianual e ser indicados os recursos para execução das despesas nas dotações respectivas.

§ 2º Respeitadas as disposições constitucionais e legais, as emendas ao projeto de lei orçamentária deverão conter:

I - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas, com as respectivas fontes/destinação de recursos;

II - Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas.



§ 3º Não poderão ser anuladas, total ou parcialmente, dotações constantes na proposta orçamentária destinadas a investimentos referentes a obras em andamento, para servir de recursos para emendas destinadas a novos investimentos.

Art. 37. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição da República, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

Parágrafo único. O veto às emendas restabelecerá a redação inicial da dotação constante da proposta orçamentária.

Art. 38. O Chefe do Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Subseção II **Das Alterações e dos Créditos Adicionais**

Art. 39. As alterações na lei orçamentária poderão ser realizadas de acordo com as necessidades de execução, observadas as disposições constitucionais e legais e condições de que trata este artigo:

I - as alterações que visem a inclusão de dotações inicialmente não computadas na lei orçamentária, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão autorizadas pelo Poder Legislativo por intermédio de crédito especial aprovado por Lei, que será aberto por decreto;

II - as alterações que visem reforço de dotações para despesas inicialmente computadas de forma insuficiente na lei orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo, através de Lei, para abertura de crédito suplementar, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que será aberto por decreto.

§ 1º Para a situação constante no inciso II, a Lei Orçamentária estabelecerá limite percentual sobre o total da despesa fixada para prévia autorização de abertura de crédito adicional suplementar, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e como art. 165, § 8º da Constituição da República.

§ 2º Com fundamento no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, ficam autorizadas alterações e inclusões de categoria econômica, grupos de natureza da despesa, modalidade de aplicação e fontes de recursos, desde que não modifique o valor total das ações constantes na lei orçamentária e em créditos adicionais



Art. 40. Os créditos extraordinários são destinados às despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição da República e do art. 44, da Lei Federal nº 4.320/1964, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses de 2021 poderão ser reabertos ao orçamento de 2022, no limite de seus saldos, mediante decreto, conforme art. 167, § 2º, da Constituição Federal, podendo ser ajustada a classificação orçamentária para adequação ao orçamento/2022.

Art. 42. Os recursos orçamentários destinados a abertura de créditos adicionais de que trata o inciso II do § 1ª do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, poderão ser apurados por fonte/destinação de recursos.

Art. 43. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados com a forma e o nível de detalhamento estabelecidas para o orçamento.

Parágrafo único. Durante o exercício de 2022 os projetos de Lei destinados a autorização para abertura de créditos especiais incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual 2022/2025, para compatibilizar à execução dos programas de trabalho envolvidos, com a programação orçamentária respectiva.

Art. 44. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar ao Presidente da Câmara.

§1º A solicitação de que trata o caput deste artigo indicará as dotações vinculadas à Câmara Municipal que precisam ser reforçadas e as que serão reduzidas, para atender ao inciso III do §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

§ 2º Verificado eventual saldo de dotação orçamentária da Câmara Municipal que não será utilizado, poderão ser oferecidos pelo Poder Legislativo tais recursos como fonte para abertura de créditos adicionais.

Art. 45. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites legais.

Art. 46. O Plano Plurianual, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, e seus anexos, poderão ser alterados por leis específicas no decorrer do exercício de 2022, observada a legislação pertinente.



Seção V **Do Orçamento do Poder Legislativo**

Art. 47. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo de que trata o inciso V do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, que será entregue pela Câmara de Vereadores ao Poder Executivo para inclusão das dotações na proposta orçamentária do Município, obedecerá às normas vigentes e aos limites constitucionais.

Art. 48. A despesa autorizada para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária de 2022 terá sua execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada no exercício de 2021, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal e seus parágrafos.

CAPÍTULO V **DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Seção I **Da Receita Municipal**

Art. 49. Na elaboração da proposta orçamentária, para efeito de previsão de receitas, deverão ser considerados os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico ou recessão da atividade econômica;
- IV - projeções constantes do Anexo de Metas fiscais desta Lei.

Art. 50. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais, na estimativa de receita orçamentária, conforme projeções do Anexo de Metas Fiscais, que integra esta Lei, obtidos das seguintes fontes:

- I - Nota Técnica da Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira do Senado Federal e Relatório da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para a LDO da União de 2022;
- II - Dados do Ministério da Economia;
- II - Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 2 de julho de 2021;
- III - Publicações do IBGE.

Art. 51. A estimativa de receita para 2022, que integra o ANEXO II desta Lei, fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 52. Na proposta orçamentária o montante de receitas previsto para operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital fixadas.



Art. 53. Lei específica que autorizar operações de crédito, durante o exercício de 2022, poderá reestimar a receita de capital para incluir ou modificar a receita prevista para operações de crédito na Lei Orçamentária Anual.

Seção II **Das Alterações na Legislação Tributária**

Art. 54. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessário à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e a modernização da máquina arrecadadora, alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo.

Art.55. Para o amplo exercício da prerrogativa estabelecida no art. 11 da Lei Complementar nº 101 de 2000, deverá ser dinamizado o setor tributário da Prefeitura, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a modernizar prédio, instalações e equipamentos, contratar pessoal para atender ao excepcional interesse público, locar sistemas informatizados, contratar serviços especializados e tomar outras providências, com o objetivo de aumentar a arrecadação e cobrar eficientemente a dívida ativa tributária.

Art. 56. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios, que correspondam a tratamento diferenciado, poderão ser apresentados no exercício de 2022, respeitadas disposições do art. 14 da Lei complementar nº 101/2000.

Art.57. O Setor de tributação, no exercício de suas competências:

- I - registrará em sistema informatizado, os valores dos tributos lançados, arrecadados e em dívida ativa;
- II - controlará e identificará os tributos arrecadados diariamente, para a correta classificação orçamentária e ingresso das receitas na Fazenda Pública;
- III - encaminhará ao órgão Central de Contabilidade, o montante da receita lançada, arrecadada, valores a receber e em dívida ativa.

Parágrafo único. O Controle Interno fiscalizará os procedimentos relacionados com a arrecadação tributária.

Art. 58. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.



§ 1º O setor de tributação levantará anualmente o montante de créditos tributários inscritos na dívida ativa, prescritos e/ou que não tenham perspectivas de recebimento e disponibilizará para instruir o ajuste de perdas nos registros contábeis.

§ 2º A dívida ativa tributária deverá ser cobrada por todos os meios legais, observadas as disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualização da legislação específica.

Art.59. O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

CAPÍTULO VI
DA DESPESA PÚBLICA
Seção I
Da Execução da Despesa

Art. 60. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e entes da Federação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

§ 1º Terá prioridade a execução das despesas correntes obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º Deverão ser assegurados recursos preferencialmente para as obras já iniciadas, não podendo ser utilizados recursos de obras em andamento para execução de obras novas.

Art. 61. Para atendimento ao parágrafo único do art. 8º da Lei complementar nº 101/2000, às disposições do art. 212 da Constituição da República, do art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012 e da legislação correlata, as despesas serão realizadas obedecendo as vinculações relativas às fontes/destinação de recursos respectivas.

§ 1º As despesas serão vinculadas as fontes de receita destinadas a seu pagamento, desde a dotação orçamentária respectiva, que conterà obrigatoriamente a fonte/destinação de recursos a qual se vincula, nos termos da classificação orçamentária vigente.

§ 2º Para o custeio de obras, serviços, aquisições de bens e demais despesas de custeio, serão emitidas notas de empenho para cada fonte de recursos.

§ 3º Havendo necessidade de pagar despesas com recursos distintos das fontes onde a despesa se encontre empenhada, para pagar com outra fonte permitida, será necessária a emissão de novo empenho, com a fonte/destinação pela qual será paga a despesa e determinada a anulação do empenho vinculado à fonte originária.



§ 4º Existindo empenho global, no valor licitado e contratado, vinculado a determinada fonte de recursos e havendo necessidade de pagar o restante do contrato com outra fonte permitida, será emitido um empenho complementar com a nova fonte e anulado o saldo do empenho global vinculado à fonte originária que deixou de ter recursos.

Art. 62. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotações orçamentárias.

§ 1º A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na observância da legislação pertinente.

§ 2º Aos gestores de contratos e agentes que forem designados para liquidar despesa compete examinar a documentação comprobatória e os documentos fiscais respectivos, para instruir à formalização do processamento da liquidação da despesa, seguindo as disposições do caput e dos §§ 1º e 2º do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e regulamentação específica.

§ 3º A Tesouraria observará o cumprimento das etapas anteriores e só poderá efetuar o pagamento após regular liquidação, com documentos autênticos e idôneos, com atesto do liquidante e autorização do ordenador da despesa na nota de empenho, observada a vinculação dos recursos e a fonte correta.

§ 4º O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas, para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na legislação aplicável, poderá estabelecer procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, inclusive aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2022, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Art. 63. O processo de execução da despesa pública poderá ser formalizado por meio de processo administrativo sumário, contendo:

- I - autorização do ordenador de despesa;
- II - termo de adjudicação da licitação respectiva;
- III - cópia da nota de empenho;
- IV - cópia do instrumento de contrato ou equivalente;
- V - documentos fiscais respectivos;
- VI - documento atestador da comprovação do cumprimento da obrigação contratual, podendo ser boletim de medição de obras e serviços, atestado de recebimento de bens e materiais, dentre outros;
- VII - ordem de pagamento, comprovante de transferência bancária ou equivalente;
- VIII - Capa com sumário contendo:



- a) número e data do processo administrativo;
- b) número e data do processo licitatório;
- c) valor da despesa;
- d) número do empenho e nome do credor.

§1º Deverão ser segregados os documentos de despesas realizadas com recursos do Fundeb e arquivados em boa ordem, para efeito de controle, fiscalização e transparência.

§2º Os documentos de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia do Covid-19 serão arquivados separadamente e disponibilizados em meio digital de acesso público.

Art. 64. Para cumprimento das disposições dos artigos 50 a 56 da Lei Complementar nº 101/2000, os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive consórcios públicos, dos quais o Município participe, apresentarão dados, informações e demonstrativos destinados à consolidação das contas públicas, individualização da aplicação dos recursos vinculados, elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, nos prazos estabelecidos, inclusive cumprir as disposições do § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, introduzido pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O Poder Legislativo enviará a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público, junto com dados e informações de receitas e despesas consolidadas do Município, envolvendo todos os órgãos e entidades de ambos os Poderes, na forma da Lei.

Seção II

Das Transferências, das Delegações, dos Consórcios Públicos e das Subvenções.

Subseção I

Transferências e Delegações à Consórcios Públicos

Art. 65. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada, disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, da Portaria STN nº 274, de 2016 e Resolução T.C. nº 34, de 9 de novembro de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e suas atualizações.

Art. 66. Para as entregas de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida na legislação aplicável.

Art. 67. A contabilização das despesas, junto ao consórcio público, deverá individualizar a movimentação de recursos oriundos do Município, assim como o consórcio encaminhará tempestivamente à Prefeitura as informações necessárias para atender ao



disposto no § 6º do art. 48 e no caput do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 68. Até 15 (quinze) de agosto de 2021, o consórcio encaminhará à Prefeitura a parcela de seu orçamento para 2022 que será custeada com recursos do Município, para inclusão na proposta orçamentária.

§ 1º O consórcio público deverá prestar todas as informações necessárias para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária, de acordo com a legislação pertinente, inclusive indicação das fontes/destinação de recursos que custearão os programas.

§ 2º A proposta orçamentária do consórcio, relativa as ações que integrarão a Lei Orçamentária do Município, deverá ser apresentada à Prefeitura com todo o detalhamento exigido nesta Lei, com os valores expressos em moeda corrente, não se admitindo que o consórcio encaminhe seu orçamento geral e indique um percentual de participação para que sejam calculados os valores das dotações relativas ao Município.

§ 3º O orçamento do consórcio público deverá observar na sua elaboração estimativa realista dos custos dos serviços, alocados em suas atividades e/ou projetos e referir-se apenas aos programas que o Município participe.

§ 4º Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES/TCE-PE, os dados mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais, no prazo legal.

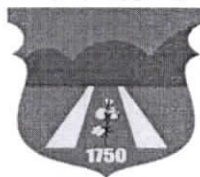
Subseção II

Transferências de Recursos a Instituições Públicas e Privadas

Art.69. Poderá ser incluída na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município.

Art. 70. As parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, obedecerão às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, atualizada pela Lei nº 13.204/2015 e desta Lei.

Art.71. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação dos setores técnicos e jurídico do órgão concedente, sobre o objeto e a adequação dos instrumentos contratuais respectivos às normas pertinentes.



Parágrafo único. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos termos de colaboração, termos de fomento, acordo de cooperação ou outro instrumento legal aplicável.

Art. 72. Poderão ser celebrados pelo Município convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada com órgãos ou entidades públicas, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observadas as disposições legais pertinentes.

§ 1º As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de repasse respectivo, devendo ser instruída com documentos autênticos e idôneos.

§ 2º Fica vedada a realização, pelo Poder Executivo, de quaisquer despesas decorrentes de convênios, contratos de gestão e termos de parceria celebrados com entidades sem fins lucrativos que deixarem de prestar contas periodicamente, na forma prevista na legislação e nos instrumentos contratuais respectivos.

Seção III **Das Despesas com Pessoal e Encargos**

Art. 73. No exercício financeiro de 2022, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 e no art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º Em cumprimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, respeitados os limites e disposições da legislação aplicável.

§ 2º A verificação dos limites para despesas com pessoal será quadrimestral, considerando-se o mês de referência e os onze anteriores, em relação à receita corrente líquida.

§ 3º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a convocação para prestação de horas suplementares de trabalho somente poderá ocorrer nos casos de calamidade



pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecidas pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 4º Abonos salariais concedidos aos servidores serão compensados quando aprovada lei que conceder reajuste definitivo.

Art. 74. O projeto de lei que tratar da revisão geral anual dos servidores públicos municipais não poderá conter matéria estranha a esta.

Seção IV Das Despesas com Seguridade Social

Art. 75. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Subseção I Das Despesas com a Previdência Social

Art. 76. Serão incluídas dotações no orçamento para realização de despesas com contribuições previdenciárias e parcelamentos de dívidas.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a realizar pagamentos das contribuições previdenciárias e de parcelamentos por meio de débito automático em conta.

Subseção II Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 77. O Poder Executivo transferirá ao Fundo Municipal de Saúde os recursos destinados à realização das ações e dos serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Parágrafo único. As diferenças entre as receitas e as despesas previstas e as efetivamente realizadas que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios serão apurados e corrigidos a cada quadrimestre do exercício financeiro, de acordo com os critérios constantes no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Art. 78. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2022, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.

Art. 79. Será publicado na Secretaria de Saúde e no prédio da Prefeitura o Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária que demonstra receitas e despesas



com ações e serviços públicos de saúde a cada bimestre do exercício, bem como disponibilizado ao Conselho Municipal de Saúde na data da publicação e no Portal da Transparência.

Art. 80. A transferência de dados ao SIOPS – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Saúde, nos termos da legislação federal específica.

Art.81. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo, conclusivo e fundamentado, será emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 82. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal da transparência, na Internet, a execução orçamentária diária, nos termos da lei.

Art. 83. Constará da proposta orçamentária demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141/2012 e as despesas fixadas para ações e serviços públicos de saúde em 2022.

Subseção III **Das Despesas com Assistência Social**

Art. 84. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação aplicável, seguindo a Política Nacional de Assistência Social nos eixos estratégicos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

§ 1º Para os efeitos do caput deste artigo, a proteção social básica está relacionada com ações de assistência social de caráter preventivo, enquanto a proteção social especial destina-se as ações de caráter protetivo.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social destinará dotações distintas para ações de proteção básica e proteção especial.

Art. 85. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em programas, leis e regulamentos específicos.

Art. 86. Poderão ser criados programas de assistência à população atingida pelas consequências da Covid-19, incluindo os destinados a emprego e renda.

Art.87. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social, consoante legislação aplicável.



Art. 88. As transferências de recursos do Município para custeio de ações no Fundo Municipal de Assistência Social deverão, preferencialmente, seguir programação com cronograma de repasse.

Seção V

Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art.89. Integrará o Orçamento do Município um quadro demonstrativo do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante à vinculação de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 90. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos Municipal de Educação e de Controle Social do Fundeb e aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 08 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

§ 1º A demonstração da origem e aplicação dos recursos no ensino será evidenciada no Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, para os municípios.

§ 2º A transferência de dados ao SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Educação, nos termos da legislação federal específica.

Seção VI

Dos Repasses de Recursos à Câmara Municipal

Art. 91. Os repasses de recursos à Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos dos artigos 29-A e 168 da Constituição Federal.

Art. 92. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2022 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2021, devendo ser ajustada, a partir de fevereiro de 2022, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de recursos ao Poder Legislativo.

Seção VII

Das Despesas com Serviços de Outros Governos



Art. 93. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas a União, ao Estado de Pernambuco ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes na Lei Orçamentária, mediante convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art.94. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, para atender ao disposto no caput do art. 93 desta Lei.

§ 1º A assunção de despesas e serviços de responsabilidade de outros governos fica condicionada a prévia formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes.

§ 2º Os instrumentos de que trata o § 1º serão formalizados nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e atualizações, analisados e aprovados pela assessoria jurídica do Município, precedidos de solicitação formal com apresentação de plano de trabalho e/ou disposições de nova legislação.

Seção VIII **Das Despesas com Cultura e Esportes**

Art.95. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos.

§ 1º Nas atividades de que trata o caput deste artigo, podem ser incluídas dotações para despesas com concessão de prêmios, subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal, observada regulamentação local.

Art. 96. Nos programas culturais de que trata o art. 95 desta lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterà memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível com os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Seção IX **Das Mudanças na Estrutura Administrativa**



Art. 97. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

§ 1º Havendo mudança na estrutura administrativa resultante de lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento, ou em crédito especial, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 2º Na transposição, transferência ou remanejamento poderá haver reajuste na classificação orçamentária, obedecidos os critérios e as normas estabelecidas na legislação citada no art. 2º desta Lei.

Seção X

Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 98. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais citados no caput deverão ser entregues até o dia 15 (quinze) de agosto de 2021, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto do Plurianual 2022/2025 e na proposta orçamentária para 2022.

Art.99. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

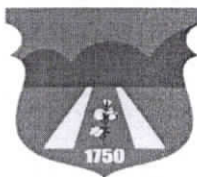
§ 1º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação específica.

§ 2º Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Os atos relativos as limitações de empenho, em decorrência de frustração de receita que afetem as metas de resultado nominal e primário, abrangem os fundos especiais.

Seção XI

Da Geração e do Contingenciamento de Despesa



Art. 100. Será emitido Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º O impacto orçamentário-financeiro, aludido no caput, será considerado para o exercício que entrar em vigor e para os dois seguintes.

§ 2º Para os fins previstos no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes às despesas até os valores limites constantes nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º Para despesas abaixo do limite do § 2º não cabe emissão de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 101. O órgão responsável pelas finanças municipais terá o prazo de 10 (dez) dias para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informado pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

Art. 102. As entidades da administração indireta, do Regime Próprio de Previdência Social, fundos municipais e o Poder Legislativo disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão Central de Contabilidade do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social, assim como para monitoramento da evolução de receitas e despesas.

Art. 103. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, serão promovidas reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 104. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos, em atos próprios, procedimentos para a limitação de empenho, observada a seguinte escala de prioridades:

- I - obras não iniciadas;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - serviços para a expansão da ação governamental;
- V - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VI - outras situações declaradas nos atos de contingenciamento.



§ 1º Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal, incluídos os encargos sociais.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

CAPÍTULO VII

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DOS CUSTOS

Seção I

Do Programação Financeira e do Detalhamento da Despesa

Art.105. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimensais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º O cronograma de desembolso discriminará a despesa por grupo de natureza, com valores mensais e bimestrais, abrangendo de janeiro a dezembro de 2022.

§ 2º O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa, fonte/destinação de recursos, de acordo com a classificação orçamentária nacionalmente unificada.

§3º O Quadro de Detalhamento da Despesa poderá ser publicado juntamente com a lei orçamentária e seus anexos.

Seção II

Do Controle de Custos e Avaliação dos Resultados

Art. 106. O controle de custos, no âmbito da Administração Municipal, obedecerá às normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão implantadas, paulatinamente, de acordo com a capacidade de estruturação de um sistema de controle de custos adequado ao Município.

§ 1º Na elaboração da Lei Orçamentária Atual e execução orçamentária constarão os valores globais de cada programa e das ações respectivas, discriminadas na programação orçamentária em projetos e atividades.

§2º Durante a execução orçamentária serão individualizados os valores das despesas de programas e ações.

§ 3º Os gestores de programas, titulares de órgãos e demais dirigentes conhecerão os gastos com ações e programas, assim como a população que acompanha a execução orçamentária por meio do portal da transparência.



Art. 107. Os gestores de programas quantificarão as metas físicas das ações, para comparação com as despesas demonstradas na execução orçamentária e financeira em projetos e atividades, vinculadas aos programas respectivos, com vistas a facilitar a avaliação dos gastos e a evolução de indicadores.

§ 1º A avaliação dos resultados dos programas será feita preferencialmente através de indicadores, devendo o Gestor de cada programa acompanhar os gastos com a execução do programa e comparar as metas previstas com as realizadas.

§ 2º Durante o exercício de 2022 poderão ser construídos, substituídos, modificados e acrescidos indicadores para mesurar o desempenho dos programas de trabalho do plano plurianual, por meio de Decreto.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Seção única
Das Prestações de Contas e da Fiscalização

Art. 108. Serão apresentadas até o dia 31 (trinta e um) de março de 2022:

I - a Prestação de Contas Anual de Governo, exercício de 2021, pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - as Prestações de Contas Anuais de Gestão, exercício de 2021, pelos Gestores e demais responsáveis por recursos públicos.

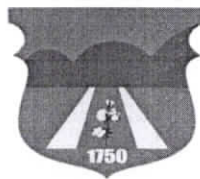
§ 1º Serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco as prestações de contas de 2021, em meio digital no processo eletrônico, de acordo com resoluções do referido tribunal.

§2º A coordenação do processo de coleta de dados e informações para organização da documentação que comporá o processo de prestação de contas ficará a cargo do Órgão de Controle Interno do Município.

Art. 109. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2021, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em meio digital e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 110. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira, inclusive dos convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO IX
DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS, CONSÓRCIOS E
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



Seção I

Do Orçamento dos Fundos, Consórcios e Órgãos da Administração Indireta

Art. 111. Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

§ 1º Os órgãos e entidades da administração indireta citados no caput deste artigo encaminharão, até o dia 15 (quinze) de agosto de 2021, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2022.

§ 2º O processo de elaboração da proposta orçamentária será coordenado pelo órgão de planejamento do município em parceria com o órgão de finanças.

Seção II

Da Execução Orçamentária e Controle de Investimentos

Art. 112. Os titulares de órgãos responsáveis pela contratação e execução de obras públicas e serviços de engenharia no Município ficam responsáveis pela produção, assinatura e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia, trimestralmente.

Parágrafo único. O controle de obras públicas, a elaboração do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia e a fiscalização, deverão obedecer às exigências da Resolução T. C. nº 8, de 9 de julho de 2014, do TCE-PE e suas atualizações.

Art. 113. Os gestores de programas e de convênios acompanharão a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas e o alcance dos objetivos de cada programa.

§1º O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitir relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

§ 2º O gestor de convênios será responsável pela formalização da prestação de contas do convênio respectivo e acompanhamento até sua regular aprovação, monitoramento do Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios ou outros que o sucederem e atendimento de diligências.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo designará os responsáveis pela gestão de convênios, contratos de repasse e programas específicos.

Art. 114. É proibida a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que



integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

CAPÍTULO X
DAS DÍVIDAS, DO ENDIVIDAMENTO E DOS RESTOS A PAGAR
Seção I
Dos Precatórios

Art.115. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art.116. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

Parágrafo único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2021, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para 2022.

Seção II
Da Celebração de Operações de Crédito e Alienação de Bens

Art. 117. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar operações de crédito, nos termos da Legislação Federal aplicável e dentro dos limites estabelecidos pelo Senado da República, inclusive para Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

Art. 118.A autorização para celebração operação de crédito será feita por meio de lei específica, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e regulamentação pertinente.

§ 1º Poderá constar da Lei Orçamentária de 2022 estimativa de receitas e dotações para investimentos tendo como fontes de financiamento operações de crédito.

§ 2º Só poderão ser realizadas despesas com fonte de recursos de operações de crédito quando a operação for realizada e os recursos ingressarem na receita.

§ 3º A lei que autorizar operação de crédito poderá reestimar a receita de operações de crédito constantes da Lei orçamentária para compatibilizar com o valor da operação e autorizar abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente em 2022, para investimentos.



Art. 119. É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, ou legislação federal específica.

Seção III Dos Restos a Pagar

Art. 120. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;

II - anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;

III - anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;

IV - anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;

V - anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;

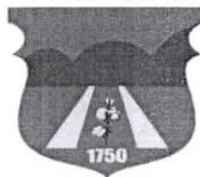
VI - cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.

Art. 121. Os empenhos não processados até 31 de dezembro de 2022, sem disponibilidade de caixa para seus pagamentos deverão ser anulados.

Seção IV Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada

Art.122. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos previdenciários, para efeito de controle e acompanhamento.

§ 1º Serão consignadas no orçamento dotações para o custeio do serviço da dívida, compreendendo juros, atualizações e amortizações da dívida consolidada.



§ 2º Na proposta orçamentária deverá ser considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º O Poder Executivo, periodicamente, deverá dirigir-se formalmente aos órgãos, entidades, instituições financeiras, Receita Federal e concessionárias de serviço público para conferir a exatidão do montante da dívida pública do Município com essas entidades.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Seção Única
Das Disposições Finais e Transitórias

Art.123. Caso o Projeto da Lei Orçamentária para 2022, apresentado ao Poder Legislativo até 5 (cinco) de outubro de 2021, não for sancionado até 31 de dezembro de 2021, a programação nele constante poderá ser executada em 2022, até a publicação da Lei Orçamentária, para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de enfrentamento, prevenção a desastres, catástrofes e situações de emergência e/ou calamidade pública
- III - ações em andamento;
- IV - obras em andamento;
- V - manutenção dos órgãos, entidades e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos à população;
- VI - execução dos programas relacionados com a execução das políticas públicas e outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º Para as demais despesas não elencadas no caput deste artigo, fica autorizada a execução de 1/12 (um, doze avos) da dotação respectiva.

§ 2º Será considerada antecipação de crédito a conta da Lei Orçamentária Anual de 2022 a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados até a data de publicação da respectiva lei orçamentária serão ajustados, considerando-se a execução prevista neste artigo, por Decreto do Poder Executivo, após a sanção da lei orçamentária de 2022, por intermédio da abertura de créditos adicionais.

Art. 124. No processo de elaboração em 2021, do Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, deverão ser observados a continuidade dos programas de duração continuada vinculados às políticas públicas em execução, a atualização dos planos setoriais existentes e poderão ser seguidas as estimativas de receitas previstas no Anexo de Metas Fiscais, conceitos e definições constantes desta Lei.



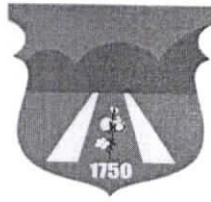
Art. 125. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei que modifiquem disposições desta Lei, respeitadas as normas legais vigentes.

Art. 126. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de Agosto de 2021.

Romero Leal Ferreira
Prefeito

Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE VERTENTES

EXERCÍCIO DE 2022

ANEXO DE PRIORIDADES

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'B' or similar character, located in the bottom right corner of the page.



O Anexo de Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2022, está estruturado e servirá de base para orientação estratégica do Plano Plurianual 2022/2025.

Contempla as escolhas do governo e da sociedade para execução das ações prioritárias que deverão ser realizadas no exercício que se inicia em janeiro de 2022, nas áreas discriminadas a seguir:

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 01 – Legislativa |
|------------|---|
| 01.01 | Permitir o regular funcionamento das atividades do Poder Legislativo, incluindo contratação de assessorias e consultorias, reequipamento e modernização administrativa. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 04 – Administração |
|------------|---|
| 04.01 | Permitir o regular funcionamento da administração e o atendimento ao público |
| 04.02 | Reequipar a administração municipal para eficientizar os serviços. |
| 04.03 | Cumprir o § 1.º do art. 37 da Constituição Federal e tornar a administração transparente. |
| 04.04 | Capacitar os servidores no âmbito municipal em articulação com os diversos setores, visando à efetiva qualificação profissional dos quadros da Administração Pública Municipal. |
| 04.05 | Atender às necessidades da Administração Municipal, através de serviços técnicos especializados. |
| 04.06 | Promover, em conjunto com os entes federados, a melhoria das condições socioeconômicas, bem como os serviços públicos postos à disposição da população. |
| 04.07 | Aumentar a oferta de veículos à disposição da administração. |
| 04.08 | Oferecer apoio a outros governos para melhorar os serviços de justiça e segurança. |
| 04.09 | Manutenção da rede física municipal e modernização dos serviços postos à disposição do município. |
| 04.10 | Apoiar entidades sem fins lucrativos para eficientizar os serviços e melhorar o atendimento à população, inclusive com parcerias de instituições não-governamentais. |
| 04.11 | Otimização dos serviços de cobrança de tributos. |



| | |
|-------|---|
| 04.12 | Viabilização de Fundo de Previdência ou de permanência no RGPS |
| 04.13 | Realizar o controle efetivo dos bens móveis e imóveis no município, por meio da implantação de um sistema de informação que propicie controle efetivo por parte da Unidade de Material e Patrimônio, em tempo real. |
| 04.14 | Ampliação e manutenção do Sistema de Monitoramento e Vigilância Urbana. |
| 04.15 | Criação e manutenção de estrutura para retirada de documentos, carteira de trabalho e identidade por exemplo. (CV) |
| 04.16 | Implantação e/ou melhoria nos equipamentos e softwares de processamento de dados. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 06 – Segurança Pública |
|------------|--|
| 06.01 | Participar de ações em favor de segurança e da defesa civil no Município em cooperação com o Estado de Pernambuco. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 08 – Assistência Social |
|------------|--|
| 08.01 | Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Conforme preconizam a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional do Idoso (PNI). |
| 08.02 | Erradicar o trabalho infantil, criar condições de atendimento às crianças carentes e diminuir a evasão escolar. |
| 08.03 | Assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente, o fortalecimento de sua autoestima e a convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida. |
| 08.04 | Garantir a população em situação de insegurança alimentar acesso digno regular e adequado à nutrição e manutenção da saúde humana. |
| 08.05 | Promover a integração dos adolescentes egressos do PETI à sociedade e à comunidade, além de preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade. |
| 08.06 | Promover o acompanhamento socioassistencial de famílias e contribuição para o processo de autonomia e emancipação social. |
| 08.07 | Assegurar o desenvolvimento integral da criança valorizando a convivência social e familiar. |
| 08.08 | Prestar assistência social geral às pessoas necessitadas, através de doações de agasalhos, ataúdes e outros benefícios. |
| 08.09 | Prestar Assistência Social às famílias e menores carentes, incentivar o engajamento da comunidade em programas sociais e de geração de emprego e renda, bem como proporcionar capacitação e interação entre trabalhadores de diversas atividades do município. |



| | |
|-------|---|
| 08.10 | Atendimento aos idosos e portadores de deficiência, incapacitados para a vida independente e para o trabalho, impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família. |
| 08.11 | Inserir ou reinserir no mercado de trabalho mão-de-obra com qualificação profissional, através de cursos, treinamentos e capacitação, em parceria com o SENAC, SESI, SESC, SENAI e demais entidades profissionalizantes, bem como oferecer subsídios para o jovem ingressar ao mercado de trabalho. |
| 08.12 | Prover concessões de benefício para famílias atingidas por fenômenos naturais, ampliando a distribuição de agasalhos e mantimentos nos casos de calamidade pública. |
| 08.13 | Apoiar as ações do Conselho Tutelar e do Conselho de Assistência Social para as ações de controle social e de assistência direta. |
| 08.14 | Prestar assistência integral ao idoso. |
| 08.15 | Prestar atendimento e promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade social aos Programas, Projetos, serviços e benefícios – benefícios eventuais, ofertados pela Assistência Social, através de procedimentos específicos como garantia de direitos do cidadão |
| 08.16 | Assegurar os direitos sociais de pessoas portadoras de necessidades especiais criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade. |
| 08.17 | Execução de ações de apoio à criança, ao adolescente e aos jovens, prestando assistência social àqueles em situação de risco. |
| 08.18 | Atender as pessoas carentes quanto às necessidades básicas, na distribuição de renda e desigualdade social, bem como realizar ações de cidadania. |
| 08.19 | Manter a criança na escola, erradicar o trabalho infantil e oferecer atividades socioeducativas às crianças. |
| 08.20 | Identificar os problemas sociais na ponta do processo, focando as necessidades do município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social. Trata-se de um modelo democrático, descentralizado, que tem a missão de ampliar a rede de assistência social brasileira. |
| 08.21 | Promover e incentivar, no âmbito do Município, a implantação de ações para melhoria da alimentação e nutrição, garantindo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias à população em situação de insegurança alimentar, como também auxiliar na prevenção de doenças relacionadas ao consumo impróprio de alimentos, a exemplo da desnutrição, obesidade e a anemia, entre outros. |
| 08.22 | Promover e implementar atenção integral a mulher através de ações voltadas para as áreas de saúde, educação, cultura e efetivação de direitos, e apoio à mulher vítima de violência sexista, tais como: violência doméstica, física, psicológica e sexual. |
| 08.23 | Oferecer um centro de apoio à população rural do município que irão viajar e não tem onde ficar. |
| 08.24 | Atender a população carente do município, seguindo as determinações específicas da área para realização dos encaminhamentos necessários. |
| 08.25 | Implantação de um Centro Específico de Apoio ao Idoso |
| 08.26 | Construção de um CRAS na cidade para organização e ofertas de serviços sócio assistenciais através do PSB – Proteção Básica do SUAS, nas áreas de |



| | |
|-------|--|
| | vulnerabilidade e risco social. |
| 08.27 | Construção e implantação de um centro de inclusão produtiva para realização de cursos profissionalizantes para população carente do município. |
| 08.28 | Manutenção e implementação das ações para o fortalecimento do Conselho do Idoso |
| 08.29 | Implementação e fortalecimento da coordenaria da Mulher no município. |
| 08.30 | Manutenção do CREAS – Centro Especializado de Assistência Social para oferecer orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. |
| 08.31 | Manutenção do Programa Criança Feliz – PCF, através de suas ações socioassistenciais e visitas domiciliares. |
| 08.32 | Implantação de um CRAS – Centro de Referência da Assistência Social no povoado do Livramento |
| 08.33 | Promover na assistência social ações de enfrentamento e prevenção da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da coronavírus – COVID-19. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 10 – Saúde |
|------------|---|
| 10.01 | Manutenção e ampliação do Programa de Atenção Básica de Saúde. |
| 10.02 | Ampliação e manutenção das equipes de Estratégia de Saúde da Família. |
| 10.03 | Ampliação e manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS. |
| 10.04 | Assistência farmacêutica, por meio de fornecimento de medicamentos básicos. |
| 10.05 | Prevenção de riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos a vigilância sanitária. |
| 10.06 | Prevenção e controle de doenças, surtos e epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna. |
| 10.07 | Ampliação e manutenção do programa de saúde bucal. |
| 10.08 | Manter o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde e ampliar o atendimento. |
| 10.09 | Apoio ao paciente em tratamento fora do domicílio. |



| | |
|-------|---|
| 10.10 | Promoção da alimentação saudável, prevenindo e controlando os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição. |
| 10.11 | Imunização da população de diversas doenças tais como: poliomielite, gripe (inclusive tipo A H1N1), tétano, rubéola, febre amarela, raiva e outras. |
| 10.12 | Aperfeiçoamento e modernização do sistema de saúde através do planejamento, controle, regulação, avaliação e auditoria de serviços de saúde a fim de fortalecer planejamento estratégico e operacional do sistema municipal de saúde. |
| 10.13 | Promover campanhas educativas periódicas e trabalhos para conscientização, prevenção e tratamento de doenças diversas junto aos adolescentes, inclusive as sexualmente transmissíveis. |
| 10.14 | Vigilância, prevenção e atenção em HIV / AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. |
| 10.15 | Atenção à população com serviços médicos e odontológicos especializados através de policlínicas. |
| 10.16 | Garantia, manutenção e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), diminuindo o risco de morte e sequelas. |
| 10.17 | Atenção à saúde da mulher através de acompanhamento ginecológico e prevenção do câncer de colo do útero e de mama. |
| 10.18 | Ampliação e recuperação da rede física de saúde para melhorar o atendimento da população. |
| 10.19 | Apoio a entidades de saúde sem fins lucrativos do município para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento à população. |
| 10.20 | Manutenção da saúde do Escolar - PSE, visando identificar e corrigir, de forma precoce, problemas que possam comprometer o processo de aprendizagem, e diminuição dos índices de repetência e evasão escolar. |
| 10.21 | Estímulo a participação da sociedade civil organizada na formulação e acompanhamento das políticas de saúde, através das instâncias deliberativas do Sistema Único de Saúde (SUS). |
| 10.22 | Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde. |
| 10.25 | Nortear a prática de saúde pela humanização e a qualidade da assistência a ser prestada a população. |
| 10.26 | Reorganização das ações de saúde, através de uma proposta inclusiva, na qual os homens considerem os serviços de saúde também como espaços masculinos e, por sua vez, os serviços de saúde reconheçam os homens como sujeitos que necessitem de cuidados. |
| 10.27 | Promoção do envelhecimento saudável e a manutenção da máxima capacidade funcional do indivíduo que envelhece, pelo maior tempo possível, valorização da autonomia ou autodeterminação e a preservação da independência física e mental do idoso. |
| 10.28 | Atenção à saúde da criança através do incentivo ao aleitamento materno, visando diminuir a mortalidade infantil em crianças até um ano de idade. |
| 10.29 | Garantir atenção integral as gestantes fortalecendo os vínculos afetivos para redução da mortalidade infantil e materna. |
| 10.30 | Incorporação da temática ambiental nas práticas de saúde pública, visando diminuir a afetação da saúde causada por riscos ambientais. |



| | |
|-------|---|
| 10.31 | Ampliação do acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento devido ao alto custo desses produtos, através da Farmácia Popular do Brasil. |
| 10.32 | Assistência terapêutica através de medicamentos fitoterápicos auxiliando no tratamento de várias doenças. |
| 10.33 | Promover ações de promoção e prevenção junto à população através da divulgação das ações de saúde na comunidade. |
| 10.34 | Implantação e manutenção do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, visando o atendimento para população que sofre de distúrbios mentais, objetivando sua reintegração social. |
| 10.35 | Aquisição de veículo especializado para cadeirantes do município. |
| 10.36 | Implantação e manutenção do SAD – Serviço de atendimento domiciliar. |
| 10.37 | Implantação e Manutenção do NEP – Núcleo de Educação Permanente, visando a capacitação e treinamento dos profissionais de saúde. |
| 10.38 | Manutenção do PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da assistência básica de saúde. |
| 10.39 | Implantação e Manutenção do Programa de Academia da Saúde. |
| 10.40 | Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Comunitários de Endemias. (CV) |
| 10.41 | Criação de centros direcionados as políticas públicas voltadas para usuários químicos. (CV) |
| 10.42 | Criação de casas de apoio na Capital direcionada ao acolhimento das pessoas com necessidades de exames e tratamentos de saúde com as devidas logísticas. (CV) |
| 10.43 | Implantação e Manutenção de Laboratório de Citopatologia, para saúde da mulher |
| 10.44 | Criação do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) para prevenir e controlar as zoonoses (como raiva e o calazar, além da dengue e doença de chagas), desenvolvendo sistemas de vigilância epidemiológica e vigilância ambiental em saúde. |
| 10.45 | Promover na área de saúde municipal ações de enfrentamento e prevenção da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da coronavírus – COVID-19., inclusive aquisição de vacinas quando disponível. |
| 10.46 | Capacitação dos profissionais da Secretaria de Saúde. |
| 10.47 | Manutenção da estratégia de acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

Nº da
Ação

Função: 12 – Educação

Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



| | |
|-------|--|
| 12.01 | Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis. |
| 12.02 | Assegurar o transporte escolar aos alunos da Educação Básica, que residem em áreas distantes das Unidades Escolares Municipais. |
| 12.03 | Oferecer ensino do 1º ao 9º ano, otimizar e reorganizar o modelo educacional da rede municipal, buscando a melhoria da qualidade de ensino e ampliação das disposições da Lei nº 9.424 e Art. 212 CF. |
| 12.04 | Expandir e qualificar o espaço escolar na perspectiva da construção de condições essenciais para operacionalizar o processo pedagógico de ensino-aprendizagem. |
| 12.05 | Assegurar aos portadores de necessidades especiais de educação, o atendimento específico, com vistas a facilitar a sua integração no Ensino Regular. |
| 12.06 | Ampliar a rede física, manter os serviços regulares das creches e educação infantil para todas as crianças de 0 a 6 anos. |
| 12.07 | Oferecer capacitação a jovens, readaptar desempregados para o mercado de trabalho e ampliar a rede física para cursos profissionalizantes. |
| 12.08 | Oferecer apoio financeiro e logístico para valorização do magistério, proporcionando aos professores da rede de ensino municipal a obtenção do curso superior, incluindo o pagamento das mensalidades, bolsas de estudo e transporte. |
| 12.09 | Erradicação do analfabetismo no Município. |
| 12.10 | Promover ações que objetivem proporcionar a população escolar do ensino superior, meio de transporte para frequência às aulas e outras atividades curriculares. |
| 12.11 | Manter as crianças na escola e erradicar o trabalho infantil. |
| 12.12 | Incentivar o aprendizado com técnicas modernas de ensino. |
| 12.13 | Atender as necessidades do sistema de ensino, através de serviços técnicos especializados. |
| 12.14 | Apoiar entidades educacionais sem fins lucrativos do município para efficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população. |
| 12.15 | Equipar as unidades educacionais do município. |
| 12.16 | Descentralizar a gestão financeira de recursos para agilizar as ações educacionais e reduzir os custos das unidades executoras do PDDE. |
| 12.17 | Assistir aos educados em todos os níveis, bem como incentivá-los ao ingresso no ensino superior. |
| 12.18 | Universalização da educação básica e valorização dos profissionais do magistério. |
| 12.19 | Propiciar ensino básico e profissional, compreendendo a reintegração de Jovens ao sistema de ensino, inclusive qualificação profissional, complementado por ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. |
| 12.20 | Ampliar a estrutura física das escolas para implantação de bibliotecas digitais com o objetivo de realizar atividades de pesquisa, estudo e atualização do conhecimento. |



| | |
|-------|--|
| 12.21 | Oferecer educação integral em algumas escolas do município, do 5º ao 9º ano. |
| 12.22 | Manutenção de câmeras de monitoramento nas escolas do município e distritos. |
| 12.23 | Incentivo a formação e capacitação de profissionais do magistério, para atuar na área de crianças especiais.(CV) |
| 12.24 | Criação de biblioteca móvel e incentivo a leitura. (CV) |
| 12.25 | Climatização das escolas municipais. |
| 12.26 | Implantação de energia solar nas escolas municipais. |
| 12.27 | Implantação e/ou melhoria nos equipamentos e softwares de processamento de dados. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 13 – Cultura |
|------------|---|
| 13.01 | Preservar o patrimônio histórico e cultural do município e resgatar as tradições. |
| 13.02 | Difundir arte, cultura, tradições e atrair o turismo para o Município. |
| 13.03 | Promover, preservar e incentivar a cultura do Município, inclusive construir o Centro Cultural e outros com sua manutenção. |
| 13.04 | Promover, preservar, incentivar e melhorar os eventos do Município. |
| 13.05 | Construção, implantação e manutenção de um Centro Cultural. |
| 13.06 | Construção, implantação e manutenção de uma biblioteca municipal. |
| 13.07 | Promover ações culturais para inserir os jovens na cultura local através de festival de musica, dança etc. |
| 13.08 | Promover concurso de miss no município. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 15 – Urbanismo |
|------------|---|
| 15.01 | Melhoria do desempenho nas atividades de coleta de lixo, limpeza urbana e outros serviços postos à disposição da população. |
| 15.02 | Oferecer infraestrutura à população que necessitam de espaços, vias e serviços públicos. |
| 15.03 | Prestar serviços públicos de boa qualidade a população do município. |



| | |
|-------|--|
| 15.04 | Incentivo de projetos de arborização em todo município.(CV) |
| 15.05 | Acessibilidade em todos os prédios públicos e vias públicas. |
| 15.06 | Implantação de sinais de trânsito e gerenciamento do sistema municipal de trânsito. |
| 15.07 | Implantar ciclo faixas nos bairros da zona urbana e distritos do nosso Município. |
| 15.08 | Implantação de um novo modelo de investimento em iluminação pública com placas solares. |
| 15.09 | Revitalizar e recuperar calçadas de várias ruas da cidade. |
| 15.10 | Ampliação e melhorias dos cemitérios públicos da cidade e distritos. |
| 15.11 | Construção de cemitério no Distrito de Chã do Junco. |
| 15.12 | Aquisição de Terreno destinado à construção de Estádio de Futebol, Cemitérios e etc.; (CV) |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 16 – Habitação |
|------------|---|
| 16.01 | Oferecer à população carente meios de construir seu próprio lar. |
| 16.02 | Melhorar as condições habitacionais da população carente, principalmente aquela que se encontra em situação de risco. |
| 16.03 | Doação de terreno à população carente do município. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 17 – Saneamento |
|------------|---|
| 17.01 | Oferecer melhores condições de higiene, saúde e preservação ambiental. |
| 17.02 | Ampliar o sistema de saneamento urbano, para melhorar a saúde e as condições sanitárias da população, equipar as unidades da administração, de banheiros e sanitários, bem como instalar privadas higiênicas e sanitários públicos para servir a população. |
| 17.03 | Melhorar o abastecimento d'água e minimizar a seca do Município |
| 17.04 | Oferecer água tratada a população urbana e rural, proporcionando desta forma melhores condições sanitárias. |



| | |
|-------|--|
| 17.05 | Conclusão do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Serra Seca. |
|-------|--|

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 18 – Gestão Ambiental |
|------------|---|
| 18.01 | Recuperar, revitalizar e preservar o meio ambiente, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida à população. |
| 18.02 | Preservação, conservação ambiental e destinação ecológica do lixo urbano. |
| 18.03 | Incentivar práticas que venham a contemplar a preservação e renovação das matas do nosso municípios para preservação das nascentes (CV) |
| 18.04 | Implantar serviços de coleta seletiva de resíduos. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 19 – Ciência e Tecnologia |
|------------|--|
| 19.01 | Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros. Além de oferecer oportunidades de inclusão digital as escolas públicas, as comunidades e pequenos empreendedores por meio de capacitação e treinamento nas modernas ferramentas da tecnologia da informação e comunicação, em especial a Internet. |
| 19.02 | Apoiar o ensino básico profissionalizante para a popularização científica e tecnológica, funcionando como um centro irradiador de conhecimento, voltado para capacitação da mão de obra qualificada, observando-se, sobretudo, a vocação e necessidade da população. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 20 – Agricultura |
|------------|---|
| 20.01 | Melhorar as condições socioeconômicas da população rural e difundir tecnologias de plantio, manejo e aproveitamento. |
| 20.02 | Estimular a produção rural, apoiando o homem do campo por meio de doação de sementes, mudas e fertilizantes, bem como incorporação de novas técnicas de cultivo e manejo do solo. |
| 20.03 | Melhorar as condições sanitárias do rebanho, aumentar a produtividade e elevar o padrão socioeconômico da população rural, bem como proporcionar a agropecuária uma oferta de recursos hídricos que a torne menos vulnerável aos efeitos das estiagens. |
| 20.04 | Transportar em veículo adequado, carnes provenientes do abate de animais do Matadouro Público para o açougue e frigoríficos do município e assegurar padrão sanitário de qualidade. |

Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



| | |
|-------|--|
| 20.05 | Incentivo à produção de plantas oleaginosas, para a produção de biodiesel e apoio a implantação de indústrias de transformação. |
| 20.06 | Imunizar rebanhos com vista a reduzir a transmissão de doenças à população. Proporcionar a venda e exposição de animais no município. |
| 20.07 | Estimular o pequeno produtor rural através de hora/máquina fornecidos pelo município para serviços agrícolas e limpezas de barragens – barreiros, mediante cadastro. |
| 20.08 | Celebrar convênios a nível de Estados e Entidades com implementação de seguro safra no município.(CV) |
| 20.09 | Construção, reforma e/ou ampliação de cisternas na Zona Rural. |
| 20.10 | Incentivo a Agricultura Familiar, apoiando a produção e comercialização dos produtos da agricultura agroecologia e orgânica, com o oferecimento de assistência técnica aliada a tecnologias de manejo e extensão rural. |
| 20.11 | Abastecer regularmente com água, através de caminhões pipa, a população rural em situação de vulnerabilidade social. |
| 20.12 | Implantação e implementação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) , responsável pela realização da prévia fiscalização industrial e sanitária dos produtos de origem animal, este serviço, visa promover a saúde pública e a segurança alimentar, além de promover a indústria agroindustrial. |
| 20.13 | Implantar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a finalidade de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, onde agricultores, cooperativas e associações vendem seus produtos para a Prefeitura Municipal, que compram os alimentos da agricultura familiar, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública de ensino. |
| 20.14 | Fortalecer a parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garantirá o fornecimento regular dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 22 – Indústria |
|------------|--|
| 22.01 | Promover o desenvolvimento industrial sustentável e aumentar o nível de empregos. |
| 22.02 | Capacitar, treinar, aperfeiçoar empreendedores para promover o desenvolvimento industrial sustentável no Município, proporcionando crescimento econômico, emprego e renda. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022



| Nº da Ação | Função: 23 – Comércio e Serviços |
|------------|--|
| 23.01 | Incentivar o turismo no município. |
| 23.02 | Alavancar o desenvolvimento do Município pela indução à vocação empreendedora e especialização da gestão empresarial. |
| 23.03 | Ampliar, modernizar, reestruturar feiras livres e mercados, bem como desenvolver habilidades de comercialização e produção. |
| 23.04 | Promover o desenvolvimento de APLs (Arranjos Produtivos Locais) por meio de estímulo à cooperação entre capacidade produtiva local, instituições de pesquisa, agentes de desenvolvimento, com vistas à dinamização dos processos locais de inovação, através de processos tecnológicos, de formação, qualificação e especialização de mão-de-obra. |
| 23.05 | Realizar capacitação, seminários, treinamento em parceria com o SENAI/SENAC/SESI. |
| 23.06 | Ampliar o incentivo ao turismo rural/ecológico no Município. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 25 – Energia |
|------------|---|
| 25.01 | Melhorar as condições socioeconômicas da população rural e ampliar a área iluminada da população urbana para aumentar o conforto e a segurança. |
| 25.02 | Substituição de Lâmpadas de sódio por lâmpadas de LED, de todos os postes da cidade e distritos. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 26 – Transportes |
|------------|---|
| 26.01 | Melhorar as condições de infraestrutura na área de transporte no Município. |
| 26.02 | Melhorar as condições das estradas facilitando o fluxo do trânsito. |

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2022

| Nº da Ação | Função: 27 – Desporto e Lazer |
|------------|---|
| 27.01 | Oferecer esporte e lazer a população deste município. |
| 27.02 | Assistir o desporto amador do município. |
| 27.03 | Manutenção de um Ginásio coberto, que oferece e incentivar esporte e lazer a população. |

Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



| | |
|-------|--|
| 27.04 | Apoiar a participação de equipes esportivas municipais em campeonatos regionais. |
| 27.05 | Melhorias nas instalações do estádio municipal.(CV) |
| 27.06 | Construção de campo Society nos distritos. |
| 27.07 | Recuperação, reforma e/ou ampliação dos campos de futebol da cidade e distritos. |


ROMERO LEAL FERREIRA
Prefeito

Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



ANEXO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE VERTENTES
EXERCÍCIO DE 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop and a vertical stroke, located in the bottom right corner of the page.

ANEXO II - METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/2022

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Vertentes, para o exercício de 2022, é um conjunto de demonstrativos estabelecidos pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Foi elaborado de conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional pela Portaria STN nº 924, de 08 de julho de 2021, com a finalidade de estabelecer as metas fiscais anuais, em valores constantes e correntes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e o montante da dívida para o exercício a que se refere (2022) e para os dois seguintes (2023 e 2024), bem como a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior (2020) e evolução do patrimônio líquido do Município.

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

I - Demonstrativo 1 – Metas Anuais de:

- a) Receitas Primárias;
- b) Despesas Primárias;
- c) Resultado Nominal;
- d) Resultado Primário;
- e) Montante da Dívida.

II – Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, sem valores, devido ao Município está vinculado apenas ao RGPS, cujo demonstrativo integra a LDO/2022 da União Federal.

VII – Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII – Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Tabela 1 – Metas Anuais



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE
METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, Art. 4º, § 1º)

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 | | | | 2023 | | | | 2024 | | | |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB) x 100 | % RCL (a/RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB) x 100 | % RCL (b/RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB) x 100 | % RCL (c/RCL) x 100 |
| | Receita Total | 71.000 | 68.420 | 0,03 | 130,46 | 65.579 | 61.207 | 0,03 | 120,97 | 67.617 | 61.123 | 0,03 |
| Receitas Primárias (I) | 62.909 | 60.624 | 0,03 | 115,59 | 64.972 | 60.640 | 0,03 | 119,85 | 66.993 | 60.558 | 0,03 | 124,07 |
| Receitas Primárias Correntes | 55.931 | 53.899 | 0,03 | 102,77 | 57.692 | 53.846 | 0,03 | 106,42 | 59.508 | 53.792 | 0,03 | 110,20 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.928 | 1.858 | 0,00 | 3,54 | 1.989 | 1.856 | 0,00 | 3,67 | 2.052 | 1.855 | 0,00 | 3,80 |
| Contribuições | 839 | 809 | 0,00 | 1,54 | 866 | 808 | 0,00 | 1,60 | 893 | 807 | 0,00 | 1,65 |
| Transferências Correntes | 52.439 | 50.534 | 0,02 | 96,35 | 54.090 | 50.484 | 0,02 | 99,78 | 55.792 | 50.434 | 0,02 | 103,32 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 724 | 698 | 0,00 | 1,33 | 747 | 697 | 0,00 | 1,38 | 771 | 697 | 0,00 | 1,43 |
| Receitas Primárias de Capital | 6.978 | 6.724 | 0,00 | 12,82 | 7.280 | 6.795 | 0,00 | 13,43 | 7.485 | 6.766 | 0,00 | 13,86 |
| Despesa Total | 71.000 | 68.420 | 0,03 | 130,46 | 65.579 | 61.208 | 0,03 | 120,97 | 67.617 | 61.123 | 0,03 | 125,22 |
| Despesas Primárias (II) | 70.834 | 68.261 | 0,03 | 130,15 | 64.575 | 60.270 | 0,03 | 119,12 | 66.680 | 60.276 | 0,03 | 123,49 |
| Despesas Primárias Correntes | 47.557 | 45.829 | 0,02 | 87,38 | 49.184 | 45.905 | 0,02 | 90,73 | 50.834 | 45.952 | 0,02 | 94,14 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 25.046 | 24.136 | 0,01 | 46,02 | 25.941 | 24.211 | 0,01 | 47,85 | 26.836 | 24.259 | 0,01 | 49,70 |
| Outras Despesas Correntes | 22.511 | 21.693 | 0,01 | 41,36 | 23.243 | 21.693 | 0,01 | 42,88 | 23.998 | 21.693 | 0,01 | 44,44 |
| Despesas Primárias de Capital | 22.083 | 21.281 | 0,01 | 40,58 | 14.155 | 13.211 | 0,01 | 26,11 | 14.568 | 13.169 | 0,01 | 26,98 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 1.194 | 1.151 | 0,00 | 2,19 | 1.237 | 1.155 | 0,00 | 2,28 | 1.277 | 1.155 | 0,00 | 2,37 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | -7.925 | -7.637 | 0,00 | -14,56 | 396 | 370 | 0,00 | 0,73 | 313 | 283 | 0,00 | 0,58 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 540 | 521 | 0,00 | 0,99 | 557 | 520 | 0,00 | 1,03 | 575 | 520 | 0,00 | 1,06 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 320 | 308 | 0,00 | 0,59 | 339 | 316 | 0,00 | 0,63 | 292 | 264 | 0,00 | 0,54 |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V)) | -7.705 | -7.425 | 0,00 | -14,16 | 615 | 574 | 0,00 | 1,13 | 596 | 538 | 0,00 | 1,10 |
| Divida Pública Consolidada | 10.324 | 9.949 | 0,00 | 18,97 | 8.941 | 8.345 | 0,00 | 16,49 | 7.558 | 6.832 | 0,00 | 14,00 |
| Divida Consolidada Líquida | -3.920 | -3.777 | 0,00 | -7,20 | -5.766 | -5.382 | 0,00 | -10,64 | -7.517 | -6.795 | 0,00 | -13,92 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (VII) | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Primárias geradas por PPP (VIII) | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII) | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

PIB - Produto Interno Bruto.

Notas Explicativas:

- 1 - No exercício financeiro de 2019 o valor do PIB de Pernambuco foi de R\$ 205 bilhões em valores correntes, crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior. Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado no site www.condepefidem.pe.gov.br e IBGE.
- 2 - O valor do PIB de Pernambuco de 2020 foi de R\$ 204,5 bilhões em valores correntes e apresentou decréscimo de -1,4% em relação ao ano anterior. Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado em 05/03/2021 no site www.condepefidem.pe.gov.br.
- 3 - Considerando a inexistência de projeções oficiais do Estado de Pernambuco para os exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024, os valores projetados para os períodos em tela, foram baseados no valor do PIB Estadual do exercício de 2020, adicionado a previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo:

| Ano | Taxa de Crescimento do PIB % | Valor em Milhares (R\$) |
|------|------------------------------|-------------------------|
| 2019 | 1,90% | 205.000.000 |
| 2020 | -1,40% | 204.500.000 |
| 2021 | 5,18% | 215.093.100 |
| 2022 | 2,10% | 219.610.055 |
| 2023 | 2,50% | 225.100.306 |
| 2024 | 2,50% | 230.727.814 |

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM (Publicado em 05/03/2021)

IBGE

Banco Central do Brasil - BCB - Relatório Focus (Publicado em 02/07/2021)

Fator de Crescimento Real do PIB Nacional.

Notas Explicativas:

- 4 - O referido Fator é obtido a partir da média geométrica das taxas de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos, conforme art. 7º da Portaria STN nº 9, de 5 de janeiro de 2017.
- 5 - A partir de abril de 2021, considerando revisões pelo IBGE e a publicação do PIB de 2020, o Fator de Atualização a ser utilizado é de -0,391478306%, calculado conforme tabela abaixo:

| Ano | Fator de Crescimento Real do PIB Nacional | | | | | | | | | |
|--------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|------|------------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Média Geométrica |
| Crescimento do PIB | 1,03004822670 | 1,00503955740 | 0,96454236607 | 0,96724083094 | 1,01322869054 | 1,01783666761 | 1,01411152985 | 0,95940951727 | | 0,99608521694 |

Fonte: IBGE, publicado em 01 de abril de 2021.

Receita Corrente Líquida:

Notas Explicativas:

- 6 - A Receita Corrente Líquida (RCL) é projetada mediante a aplicação de Fator de Atualização sobre a receita corrente líquida do período de 12 (doze) meses findos no mês de referência (§ 6º do art. 7º da RSF nº 43/2001). Para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, o Fator de Atualização utilizado é de -0,391478306%, conforme publicado pelo IBGE em 01 de abril de 2021.

| Variável | RCL Projetada | | |
|--------------------------------|---------------|--------|--------|
| | 2022 | 2023 | 2024 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 54.423 | 54.210 | 53.998 |

Metodologia de Cálculo

RCL Projetada = (Rcl anoX * 0,99608521694)

Sendo, RCL AnoX = [Receitas Correntes - (Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência + Compensação Financ. entre Regimes Previdência + Dedução de Receita para Formação do FUNDEB)]

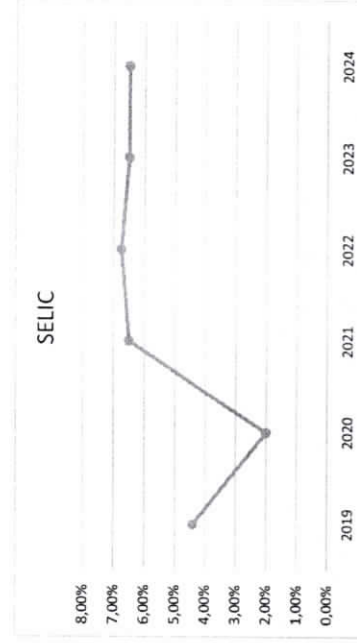
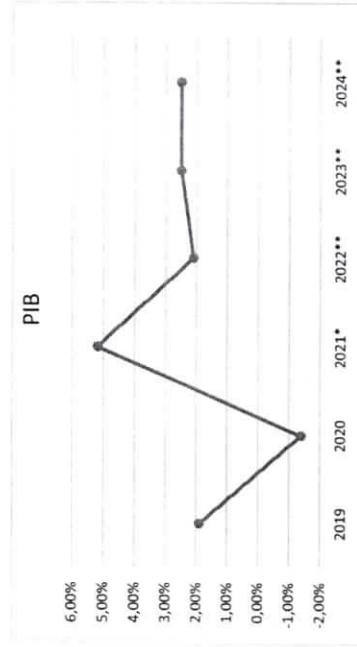
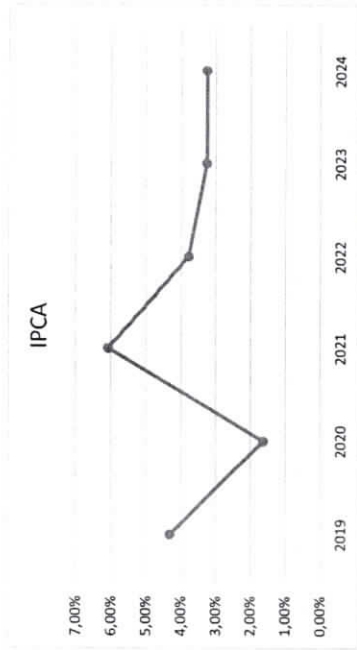
O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|--|-------|-------|-------|
| PIB estimado (crescimento % anual) | | 2,10% | 2,50% | 2,50% |
| Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA | | 3,77% | 3,25% | 3,25% |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

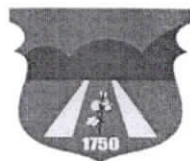
| 2022 | 2023 | 2024 |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Valor Corrente / 1,0377 | Valor Corrente / 1,0714 | Valor Corrente / 1,1062 |

Séries históricas dos indicadores IPCA, PIB e SELIC



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM (PIB PE 2019 e 2020), IBGE - BACEN (Relatório Focus PIB NACIONAL - 2021, 2022, 2023 e 2024).

** PIB de Pernambuco real de 2019 e 2020, estimado de 2022 a 2024, pelo crescimento do PIB Nacional, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 924 de 08 de julho de 2021.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas do Município

TOTAL DAS RECEITAS

R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | Realizado 2019 | Realizado 2020 | Reestimado 2021 |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | 48.589 | 51.776 | 54.620 |
| Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.660 | 1.760 | 1.869 |
| IPTU | 57 | 50 | 58 |
| ISQN | 665 | 673 | 714 |
| Receita da Dívida Ativa | 66 | 32 | 34 |
| Demais Receitas | 872 | 1.005 | 1.063 |
| Receitas de Contribuições | 742 | 766 | 813 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 742 | 766 | 813 |
| Demais Receitas | - | - | 0 |
| Receita Patrimonial | 667 | 266 | 282 |
| Aplicações Financeiras | 666 | 265 | 281 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 1 | 1 | 1 |
| Transferências Correntes | 44.288 | 48.936 | 50.955 |
| Cota-Parte do FPM | 16.298 | 14.019 | 17.962 |
| Cota-Parte do ITR | 3 | 2 | 2 |
| Cota-Parte do FEP | 283 | 282 | 299 |
| Transf. de Recursos do SUS - FMS | 7.997 | 10.921 | 9.595 |
| FUNDEB | 13.181 | 12.840 | 13.632 |
| Cota-Parte do ICMS | 3.163 | 3.229 | 3.428 |
| Cota-Parte do IPVA | 578 | 608 | 646 |
| Cota-Parte do IPI | 16 | 10 | 11 |
| Cota-Parte do CIDE | 22 | 18 | 19 |
| Outras Transferências Correntes | 2.747 | 7.007 | 5.360 |
| Outras Receitas Correntes | 1.232 | 48 | 701 |
| RECEITA DE CAPITAL (II) | 574 | 1.959 | 4.714 |
| Operações de Créditos | - | - | 2.500 |
| Alienação de Bens | - | - | 50 |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - |
| Transferências de Capital | 574 | 1.959 | 2.164 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III) | 256 | - | - |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV) | - | - | - |
| RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV) | 49.419 | 53.735 | 59.335 |

Notas Explicativas:

1 - Os valores arrecadados nos exercícios de 2019 e 2020, compõe a série histórica de arrecadação utilizada nas projeções de receitas para os anos seguintes.

2 - Durante o processo de elaboração desta Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, apesar da crise econômica derivada da crise sanitária do novo coronavírus e suas necessárias medidas de isolamento social, a recuperação econômica, após a flexibilização, associada às receitas extraordinárias repassadas pelo Governo Federal no decorrer de 2020, mitigaram os efeitos da pandemia na arrecadação dos estados e municípios e, conseqüentemente, as projeções de receita de 2021 e dos próximos anos. Apesar da existência de campanhas de vacinação contra a COVID-19, há ainda escassez de vacinas, o que impacta diretamente na velocidade de retomada da atividade econômica. Neste ritmo, grande parcela da população economicamente ativa deverá ser vacinada somente no primeiro semestre de 2022, prolongando o impacto da pandemia na atividade econômica. Por este motivo, a projeção de arrecadação do ano de 2021, foi reestimada para ajustar-se ao novo cenário econômico.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

| ESPECIFICAÇÃO | PREVISÃO - R\$ milhares | | |
|--|-------------------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 56.472 | 58.249 | 60.082 |
| Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.928 | 1.989 | 2.052 |
| IPTU | 60 | 61 | 63 |
| ISQN | 737 | 760 | 784 |
| Receita da Dívida Ativa | 159 | 164 | 169 |
| Demais Receitas | 972 | 1.003 | 1.034 |
| Receitas de Contribuições | 839 | 866 | 893 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 839 | 865 | 893 |
| Demais Receitas | 0 | 0 | 0 |
| Receita Patrimonial | 541 | 558 | 576 |
| Aplicações Financeiras | 540 | 557 | 575 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 1 | 1 | 1 |
| Transferências Correntes | 52.439 | 54.090 | 55.792 |
| Cota-Parte do FPM | 18.536 | 19.120 | 19.722 |
| Cota-Parte do ITR | 2 | 2 | 2 |
| Cota-Parte do FEP | 309 | 319 | 329 |
| Transf. de Recursos do SUS - FMS | 9.901 | 10.213 | 10.534 |
| FUNDEB | 14.068 | 14.511 | 14.967 |
| Cota-Parte do ICMS | 3.538 | 3.649 | 3.764 |
| Cota-Parte do IPVA | 667 | 688 | 709 |
| Cota-Parte do IPI | 11 | 12 | 12 |
| Cota-Parte do CIDE | 20 | 20 | 21 |
| Outras Transferências Correntes | 5.387 | 5.557 | 5.732 |
| Outras Receitas Correntes | 723 | 746 | 770 |
| RECEITA DE CAPITAL (II) | 14.528 | 7.330 | 7.535 |
| Operações de Créditos | 7.500 | - | - |
| Alienação de Bens | 50 | 50 | 50 |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - |
| Transferências de Capital | 6.978 | 7.280 | 7.485 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III) | - | - | - |
| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV) | - | - | - |
| RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV) | 71.000 | 65.579 | 67.617 |

Notas Explicativas:

3 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB e nas ações econômico-financeiras e administrativas, que serão tomadas por este município, para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros. Assim, as projeções para 2021, 2022, 2023 e 2024 considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 6,07%, 3,77%, 3,25% e 3,25%, bem como as previsões da taxa de crescimento do PIB para 2021, 2022, 2023 e 2024 com os respectivos percentuais de 5,18%, 2,10%, 2,50% e 2,50%, demonstram um cenário retomada da economia para o ano de 2021 e um tímido crescimento econômico para os anos de 2022, 2023 e 2024.

Ressalta-se ainda, o efeito sobre as receitas decorrente da taxa real do PIB, que afeta diretamente na arrecadação dos tributos, isto é, a arrecadação municipal também deve sofrer leve alta em função da expectativa de crescimento do PIB. A tabela abaixo demonstra os efeitos das variações desses parâmetros nas receitas.

Sensibilidade da Receita nos Parâmetros Macroeconômicos

| Parâmetro Macroeconômico | Receitas |
|--------------------------|----------|
| PIB | 0,57% |
| IPCA | 0,53% |

Fonte: Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2022 da União.

A variação de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB altera em 0,57% as receitas. Já o efeito da variação de 1 ponto percentual na inflação tem impacto de 0,53% nas receitas. Deste modo, os parâmetros econômicos aplicados na estimativa das receitas nos anos de 2021, 2022, 2023, e 2024 foram respectivamente 3,22%, 2,00% e 1,72% para o IPCA e 2,95%, 1,20%, 1,43% e 1,43% para o PIB. Assim, o crescimento nominal previsto das receitas nos anos de 2021, 2022, 2023, e 2024 foi superavitário em 6,17%, 3,20%, 3,15% e 3,15% respectivamente.

Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

4 - Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, foi estabelecido conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 924 de 08 de julho de 2021.

I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

5 - As receitas orçamentárias para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, foram estimadas considerando-se o histórico da arrecadação, projeções de indicadores econômicos, a legislação pertinente e especificidades de cada uma das receitas.

Nas estimativas desta LDO foram utilizados os modelos sugeridos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 924 de 08 de julho de 2021. Basicamente dois modelos de projeções foram selecionados: Modelo Média (t-1) e Modelo Sazonal.

O primeiro modelo foi utilizado nas projeções de arrecadações que são praticamente constantes ao longo dos meses, cujo a série temporal baseia-se na média de arrecadação do ano anterior, refletindo o comportamento da receita para os anos seguintes.

Já o segundo modelo, foi utilizado nas receitas das quais a arrecadação não se distribui de forma uniforme ao longo do exercício. O modelo sazonal estima a receita aplicando os índices econômicos de forma mensal, evitando possíveis distorções causadas pela sazonalidade ou algum efeito da legislação, logo, o modelo leva em consideração a arrecadação mensal na projeção.

Receitas como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), são exemplos de receitas com séries históricas sazonais, influenciadas principalmente por suas legislações específicas que definem calendários de pagamentos em determinado período do ano.

As tabelas a seguir resumem as principais variações sobre as receitas estimadas na elaboração da LDO de 2022.

Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 1.660 | - |
| 2020 | 1.760 | 6,02% |
| 2021 | 1.869 | 6,17% |
| 2022 | 1.928 | 3,20% |
| 2023 | 1.989 | 3,15% |
| 2024 | 2.052 | 3,15% |

6 - O aumento previsto para a Receita Tributária provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na

Imposto sobre Propriedade Territorial Predial e Urbana – IPTU

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 57 | - |
| 2020 | 50 | -12,28% |
| 2021 | 58 | 15,51% |
| 2022 | 60 | 3,20% |
| 2023 | 61 | 3,15% |
| 2024 | 63 | 3,15% |

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 665 | - |
| 2020 | 673 | 1,20% |
| 2021 | 714 | 6,14% |
| 2022 | 737 | 3,20% |
| 2023 | 760 | 3,15% |
| 2024 | 784 | 3,15% |

**MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE****Receita da Dívida Ativa**

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 66 | - |
| 2020 | 32 | -51,52% |
| 2021 | 34 | 6,17% |
| 2022 | 159 | 368,8% |
| 2023 | 164 | 3,15% |
| 2024 | 169 | 3,15% |

7 - O Município prevê um aumento na Arrecadação da Dívida Ativa, no exercício de 2022 em diante, em torno de 20% sobre o saldo da Dívida Ativa que o Município tem a receber em 2021, aplicando uma política de intensificação da arrecadação dos tributos de competência municipal.

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 742 | - |
| 2020 | 766 | 3,23% |
| 2021 | 813 | 6,14% |
| 2022 | 839 | 3,20% |
| 2023 | 865 | 3,15% |
| 2024 | 893 | 3,15% |

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 16.298 | - |
| 2020 | 14.019 | -13,98% |
| 2021 | 17.962 | 28,13% |
| 2022 | 18.536 | 3,20% |
| 2023 | 19.120 | 3,15% |
| 2024 | 19.722 | 3,15% |

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 3 | - |
| 2020 | 2 | -33,33% |
| 2021 | 2 | 7,95% |
| 2022 | 2 | 3,20% |
| 2023 | 2 | 3,15% |
| 2024 | 2 | 3,15% |

Fundo Especial do Petróleo - FEP

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 283 | - |
| 2020 | 282 | -0,35% |
| 2021 | 299 | 6,15% |
| 2022 | 309 | 3,20% |
| 2023 | 319 | 3,15% |
| 2024 | 329 | 3,15% |

Transferências de Recursos do SUS

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 7.997 | - |
| 2020 | 10.921 | 36,56% |
| 2021 | 9.595 | -12,14% |
| 2022 | 9.901 | 3,20% |
| 2023 | 10.213 | 3,15% |
| 2024 | 10.534 | 3,15% |



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 13.181 | - |
| 2020 | 12.840 | -2,59% |
| 2021 | 13.632 | 6,17% |
| 2022 | 14.068 | 3,20% |
| 2023 | 14.511 | 3,15% |
| 2024 | 14.967 | 3,15% |

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 3.163 | - |
| 2020 | 3.229 | 2,09% |
| 2021 | 3.428 | 6,17% |
| 2022 | 3.538 | 3,20% |
| 2023 | 3.649 | 3,15% |
| 2024 | 3.764 | 3,15% |

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 578 | - |
| 2020 | 608 | 5,19% |
| 2021 | 646 | 6,24% |
| 2022 | 667 | 3,20% |
| 2023 | 688 | 3,15% |
| 2024 | 709 | 3,15% |

Imposto de Produtos Industrializado - IPI

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 16 | - |
| 2020 | 10 | -37,50% |
| 2021 | 11 | 10,89% |
| 2022 | 11 | 3,20% |
| 2023 | 12 | 3,15% |
| 2024 | 12 | 3,15% |

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 22 | - |
| 2020 | 18 | -18,18% |
| 2021 | 19 | 6,07% |
| 2022 | 20 | 3,20% |
| 2023 | 20 | 3,15% |
| 2024 | 21 | 3,15% |

Outras Receitas Correntes

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 1.232 | - |
| 2020 | 48 | -96,10% |
| 2021 | 701 | 1360% |
| 2022 | 723 | 3,20% |
| 2023 | 746 | 3,15% |
| 2024 | 770 | 3,15% |



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

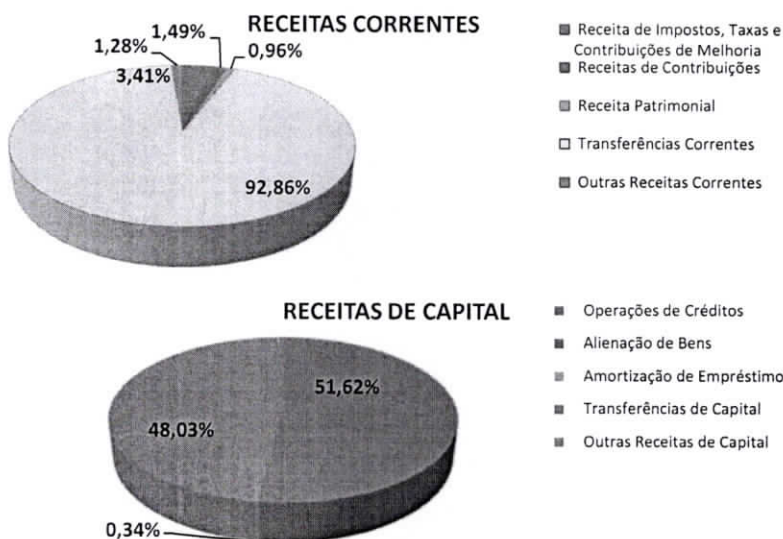
Receitas de Capital

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 574 | - |
| 2020 | 1.959 | 241,3% |
| 2021 | 4.714 | 140,7% |
| 2022 | 14.528 | 208,2% |
| 2023 | 7.330 | -49,55% |
| 2024 | 7.535 | 2,80% |

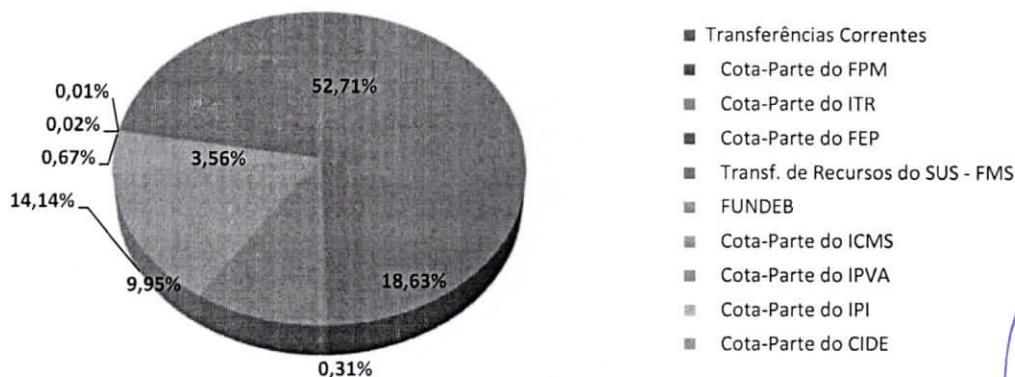
Notas Explicativas:

8 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2022, 2023 e 2024 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.

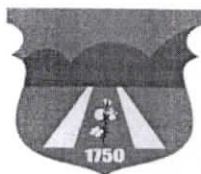
8.1. Composição das receitas totais - 2022



8.2 Participação do FPM e Transferências do SUS nas Transferências Correntes - 2022



Notas Explicativas: Do montante previsto para as Transferências Correntes R\$ 52.439.000,00 em 2022, R\$ 18.536.000,00 compõe o FPM e R\$ 9.901.000,00 compõe as Transferências do SUS.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município

TOTAL DAS DESPESAS

R\$ milhares

| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA | Realizada 2019 | Realizada 2020 | Reestimado 2021 |
|---|----------------|----------------|-----------------|
| DESPESAS CORRENTES (I) | 39.366 | 42.244 | 45.744 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 19.510 | 21.792 | 24.019 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | 31 |
| Outras Despesas Correntes | 19.856 | 20.452 | 21.693 |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | 9.451 | 9.801 | 13.591 |
| Investimentos | 8.910 | 9.092 | 12.895 |
| Inversões Financeiras | - | 136 | 100 |
| Amortização da Dívida | 541 | 573 | 596 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III) | - | - | - |
| RESERVA DO RPPS (IV) | - | - | - |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (V) | - | - | - |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (VI) | - | - | - |
| DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI) | 48.817 | 52.045 | 59.335 |

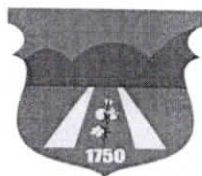
| CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA | PREVISÃO - R\$ milhares | | |
|---|-------------------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2023 | 2024 |
| DESPESAS CORRENTES (I) | 47.877 | 49.523 | 51.126 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 25.046 | 25.941 | 26.836 |
| Juros e Encargos da Dívida | 320 | 339 | 292 |
| Outras Despesas Correntes | 22.511 | 23.243 | 23.998 |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | 20.299 | 13.144 | 13.486 |
| Investimentos | 19.156 | 11.135 | 11.454 |
| Inversões Financeiras | 104 | 107 | 111 |
| Amortização da Dívida | 1.040 | 1.902 | 1.922 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III) | 2.824 | 2.912 | 3.004 |
| RESERVA DO RPPS (IV) | - | - | - |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (V) | - | - | - |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (VI) | - | - | - |
| DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI) | 71.000 | 65.579 | 67.617 |

Notas Explicativas:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,77, 3,25% e 3,25% para os respectivos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

2 - Estimativa referente aos valores das despesas de transferências intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, seguiram, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 924 de 08 de julho de 2021.

3 - A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre Receitas Previstas (incluindo as receitas intra-orçamentárias recebidas pelo RPPS) e Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamentos previdenciários futuros.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

II.a - Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

Pessoal e Encargos Sociais

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 19.510 | - |
| 2020 | 21.792 | 11,70% |
| 2021 | 24.019 | 10,22% |
| 2022 | 25.046 | 4,27% |
| 2023 | 25.941 | 3,57% |
| 2024 | 26.836 | 3,45% |

Notas Explicativas:

1 - Na projeção para despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional em relação a 2021 R\$ 1.100,00, estimado para 2022 em R\$ 1.147,00, conforme previsto no PLDO 2022 da União.

2 - As despesas intra-orçamentárias compõem os valores projetados da Despesa com Pessoal, relativo as operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Juros e Encargos da Dívida

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 0 | - |
| 2020 | 0 | - |
| 2021 | 31 | - |
| 2022 | 320 | 932,3% |
| 2023 | 339 | 5,94% |
| 2024 | 292 | -13,86% |

Notas Explicativas:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida segue a política do Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 02 de julho de 2021), que projetou em 02 de julho de 2021 a taxa SELIC para os exercícios de 2022, 2023 e 2024 em 6,75%, 6,50% e 6,50%, respectivamente.

Reserva de Contingência

| Metas Anuais | VALOR NOMINAL - R\$ milhares | VARIAÇÃO % |
|--------------|------------------------------|------------|
| 2019 | 0 | - |
| 2020 | 0 | - |
| 2021 | 0 | - |
| 2022 | 2.824 | - |
| 2023 | 2.912 | 3,15% |
| 2024 | 3.004 | 3,15% |

Notas Explicativas:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência serão de, no mínimo, 5% da Receita Corrente e destina-se ao reforço de dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas emergenciais, calamidades e outras contingências.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

III - Memória de Cálculo das Metas Anuais para os Resultados Primário e Nominal do Município

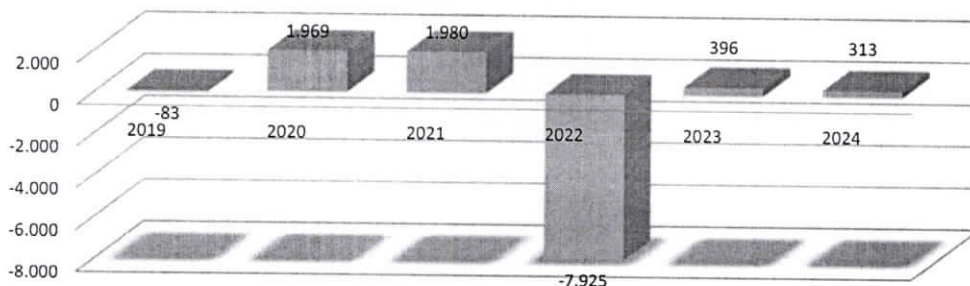
R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|------------|--------------|--------------|---------------|------------|------------|
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 49.163 | 53.735 | 59.335 | 71.000 | 65.579 | 67.617 |
| Receita Primária (I) | 48.497 | 53.470 | 56.503 | 62.909 | 64.972 | 66.993 |
| Receitas Primárias Correntes | 47.923 | 51.511 | 54.339 | 55.931 | 57.692 | 59.508 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.660 | 1.760 | 1.869 | 1.928 | 1.989 | 2.052 |
| Contribuições | 742 | 766 | 813 | 839 | 866 | 893 |
| Transferências Correntes | 44.288 | 48.936 | 50.955 | 52.439 | 54.090 | 55.792 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 1.233 | 49 | 702 | 724 | 747 | 771 |
| Receitas Primárias de Capital | 574 | 1.959 | 2.164 | 6.978 | 7.280 | 7.485 |
| Receita Não primária | 666 | 265 | 2.832 | 8.090 | 607 | 625 |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 48.817 | 52.045 | 59.335 | 71.000 | 65.579 | 67.617 |
| Despesa Primária - Empenhada/Fixada | 48.276 | 51.472 | 58.707 | 69.640 | 63.338 | 65.403 |
| Despesas Primárias Correntes | 39.366 | 42.244 | 45.713 | 47.557 | 49.184 | 50.834 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 19.510 | 21.792 | 24.019 | 25.046 | 25.941 | 26.836 |
| Outras Despesas Correntes | 19.856 | 20.452 | 21.693 | 22.511 | 23.243 | 23.998 |
| Despesas Primárias de Capital | 8.910 | 9.228 | 12.995 | 22.083 | 14.155 | 14.568 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 1.480 | 1.160 | 1.126 | 1.194 | 1.237 | 1.277 |
| Despesa Não Primária | 541 | 573 | 627 | 1.360 | 2.241 | 2.214 |
| DESPESA PRIMÁRIA PAGA (II) | 48.580 | 51.501 | 54.523 | 70.834 | 64.575 | 66.680 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II) | -83 | 1.969 | 1.980 | -7.925 | 396 | 313 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 666 | 265 | 281 | 540 | 557 | 575 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos/Ativos (V) | 0 | 0 | 31 | 320 | 339 | 292 |
| RESULTADO NOMINAL (VI) = (III + (IV - V)) | 583 | 2.234 | 2.231 | -7.705 | 615 | 596 |

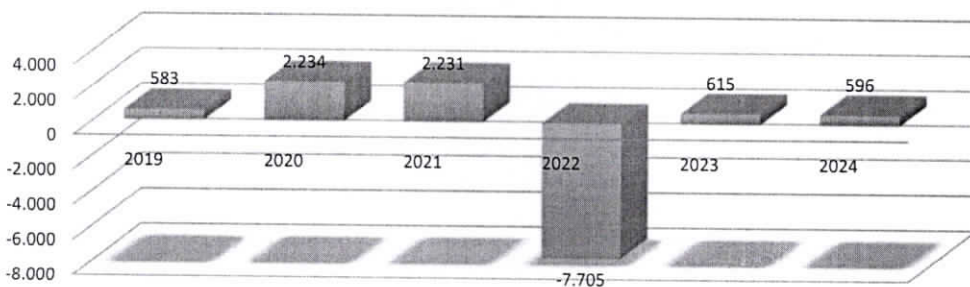
Notas Explicativas:

- 1 - As receitas e despesas intra-orçamentárias não devem compor o cálculo das Receitas e Despesas Primárias, conforme preconiza a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.
- 2 - Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas memórias de cálculo das receitas e despesas.
- 3 - O Resultado Primário é calculado pela diferença entre as receitas primárias e despesas primárias.
- 4 - O cálculo da Meta de Resultados Nominal obedeceu ao método acima da linha estabelecida pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, deduzindo do Resultado Primário, a estimativa de juros e encargos passivos (juros pagos) e somando a estimativa de juros e encargos ativos (juros recebidos).

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO



EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL





MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | 1.110 | 1.039 | 3.392 | 10.324 | 8.941 | 7.558 |
| Outras Dívidas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| DEDUÇÕES (II) | | | | | | |
| Ativo Disponível | 1.110 | 1.039 | 3.392 | 10.324 | 8.941 | 7.558 |
| Haveres Financeiros | 13.541 | 14.918 | 13.724 | 14.244 | 14.707 | 15.075 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 14.566 | 16.044 | 14.918 | 15.481 | 15.984 | 16.503 |
| | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 1.025 | 1.126 | 1.194 | 1.237 | 1.277 | 1.428 |
| DCL (III) = (I-II) | -12.431 | -13.879 | -10.332 | -3.920 | -5.766 | -7.517 |

R\$ milhares

Notas Explicativas:

1 - A linha de "Deduções" registra os saldos da Disponibilidade de Caixa Bruta, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado. Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero", conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 12ª Edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| INSS | 747 | 703 | 627 | 551 | 475 | 399 |
| RPPS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| FGTS | 81 | 54 | 27 | 0 | 0 | 0 |
| PASEP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| OPERAÇÃO DE CRÉDITO - FINISA | 0 | 0 | 2.500 | 9.579 | 8.316 | 7.053 |
| MINISTÉRIO DA FAZENDA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PRECATÓRIOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| COMPESA | 282 | 282 | 238 | 194 | 150 | 106 |
| TOTAIS | 1.110 | 1.039 | 3.392 | 10.324 | 8.941 | 7.558 |

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2021 foi elaborada da seguinte forma:

Valores em milhares (R\$)

| | |
|--|--------|
| Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2021 | 16.044 |
| (+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2021 | 59.335 |
| (=) Disponibilidade de Caixa Bruta | 75.379 |
| (-) Restos a pagar a serem pagos em 2021 | 1.126 |
| (-) Restos a pagar a serem cancelados por prescrição em 2021 | 0 |
| (-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2021 | 59.335 |
| (=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2021 | 14.918 |

Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2021

(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2021

(=) Disponibilidade de Caixa Bruta

(-) Restos a pagar a serem pagos em 2021

(-) Restos a pagar a serem cancelados por prescrição em 2021

(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2021

(=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2021

Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO
ANEXO

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso I)

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2020 ¹ (a) | % PIB* | %RCL | Metas Realizadas em 2020 ² (b) | % PIB* | %RCL | Variação | |
|-------------------------------------|---|--------|--------|--|--------|--------|--------------------|----------------|
| | | | | | | | Valor (c)=(b-a) | % (c/a)x100 |
| Receita Total | 67.000 | 0,03 | 130,19 | 53.735 | 0,03 | 104,42 | -13.265 | -19,80 |
| Receitas Primárias (I) | 58.335 | 0,03 | 113,36 | 53.470 | 0,03 | 103,90 | -4.865 | -8,34 |
| Despesa Total | 67.000 | 0,03 | 130,19 | 52.045 | 0,03 | 101,13 | -14.955 | -22,32 |
| Despesas Primárias (II) | 66.249 | 0,03 | 128,73 | 51.501 | 0,03 | 100,08 | -14.748 | -22,26 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | -7.914 | 0,00 | -15,38 | 1.969 | 0,00 | 3,83 | 9.883 | -124,88 |
| Resultado Nominal | -7.469 | 0,00 | -14,51 | 2.234 | 0,00 | 4,34 | 9.703 | -129,91 |
| Dívida Pública Consolidada | 952 | 0,00 | 1,85 | 1.039 | 0,00 | 2,02 | 87 | 9,16 |
| Dívida Consolidada Líquida | -9.420 | 0,00 | -18,30 | -13.879 | -0,01 | -26,97 | -4.459 | 47,33 |

Notas:

1 - Meta de Resultado Primário de 2020 conforme Anexo II da Lei Municipal nº 881/2019 (LDO/2020).

2 - Valores retirados do Anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 - Balanço Orçamentário e do Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, do RREO do 6º bimestre da Prestação de Contas Anual de 2020, disponível no Portal da Transparência do Município.

| ESPECIFICAÇÃO | | VALOR - R\$ milhares |
|---|--|----------------------|
| Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual em 2020 | | 204.500.000 |
| Receita Corrente Líquida Municipal em 2020 | | 51.462 |

Notas Explicativas:

PIB: Apesar de ser parâmetro opcional para os municípios, conforme a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais/STN, foi considerado para esse demonstrativo o PIB de Pernambuco de 2020 no valor de R\$ 204,5 bilhões em valores correntes, publicado pelo site www.condepefitem.pe.gov.br e IBGE em 05 de março de 2021.

RCL: Receita Corrente Líquida – RCL para o ano de 2020, conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO - 6º Bimestre/2020.

Tabela 3 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso II)

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | R\$ milhares |
|-------------------------------------|----------------------------|---------|---------|---------|---------|--------|----------|--------|----------|--------|--------------|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | |
| Receita Total | 49.419 | 53.735 | 8,733 | 59.335 | 10,421 | 71.000 | 19,659 | 65.579 | -7,635 | 67.617 | 3,108 |
| Receitas Primárias (I) | 48.497 | 53.470 | 10,254 | 56.503 | 5,672 | 62.909 | 11,338 | 64.972 | 3,278 | 66.993 | 3,110 |
| Despesa Total | 48.817 | 52.045 | 6,612 | 59.335 | 14,006 | 71.000 | 19,660 | 65.579 | -7,634 | 67.617 | 3,107 |
| Despesas Primárias (II) | 48.580 | 51.501 | 6,013 | 54.523 | 5,867 | 70.834 | 29,917 | 64.575 | -8,836 | 66.680 | 3,259 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | -83 | 1.969 | 4,241 | 1.980 | -0,195 | -7.925 | -18,579 | 396 | 12,115 | 313 | -0,149 |
| Resultado Nominal | 583 | 2.234 | 283,190 | 2.231 | -0,147 | -7.705 | -445,390 | 615 | -107,979 | 596 | -3,111 |
| Dívida Pública Consolidada | 1.110 | 1.039 | -6,396 | 3.392 | 226,456 | 10.324 | 204,367 | 8.941 | -13,397 | 7.558 | -15,470 |
| Dívida Consolidada Líquida | -12.431 | -13.879 | 11,648 | -10.332 | -25,556 | -3.920 | -62,061 | -5.766 | 47,094 | -7.517 | 30,374 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------|---------|---------|---------|--------|----------|--------|----------|--------|---------|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | |
| Receita Total | 53.273 | 56.997 | 6,990 | 59.335 | 4,102 | 68.420 | 15,312 | 61.207 | -10,542 | 61.123 | -0,137 |
| Receitas Primárias (I) | 52.279 | 56.716 | 8,486 | 56.503 | -0,375 | 60.624 | 7,293 | 60.640 | 0,028 | 60.558 | -0,135 |
| Despesa Total | 52.624 | 55.204 | 4,903 | 59.335 | 7,482 | 68.420 | 15,312 | 61.208 | -10,542 | 61.123 | -0,139 |
| Despesas Primárias (II) | 52.369 | 54.627 | 4,312 | 54.523 | -0,191 | 68.261 | 25,197 | 60.270 | -11,706 | 60.276 | 0,009 |
| Resultado Primário (III) = (I - II) | -89 | 2.089 | 4,173 | 1.980 | -0,184 | -8.224 | -17,904 | 370 | 11,733 | 283 | -0,144 |
| Resultado Nominal | 628 | 2.370 | 277,045 | 2.231 | -5,861 | -7.425 | -432,841 | 574 | -107,728 | 538 | -6,161 |
| Dívida Pública Consolidada | 1.197 | 1.102 | -7,898 | 3.392 | 207,774 | 9.949 | 193,309 | 8.345 | -16,123 | 6.832 | -18,131 |
| Dívida Consolidada Líquida | -13.400 | -14.721 | 9,858 | -10.332 | -29,817 | -3.777 | -63,439 | -5.382 | 42,464 | -6.795 | 26,270 |

Nota: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obtidos nos Relatórios FOCUS (02 de julho de 2021), elaborado pelo Ministério da Economia.

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO | |
|---------------------|-------|
| 2019 | 4,31% |
| 2020 | 1,63% |
| 2021 | 6,07% |
| 2022 | 3,77% |
| 2023 | 3,25% |
| 2024 | 3,25% |

| METODOLOGIA DE CALCULO DOS VALORES CONSTANTES | |
|---|---------------------------|
| 2019 | - Valor Corrente x 1,0780 |
| 2020 | - Valor Corrente x 1,0607 |
| 2021 | Valor Corrente |
| 2022 | - Valor Corrente / 1,0377 |
| 2023 | - Valor Corrente / 1,0714 |
| 2024 | - Valor Corrente / 1,1062 |



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE
METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
|---------------------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| Patrimônio / Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resultado Acumulado | 58.042 | 100 | 50.528 | 100 | 42.222 | 100 |
| TOTAL | 58.042 | 100 | 50.528 | 100 | 42.222 | 100 |

REGIME FINANCEIRO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
|--------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
| Patrimônio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
|--------------------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
| Patrimônio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Nota: O Município está vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, portanto não existem valores relativos a Patrimônio Líquido do RPPS.

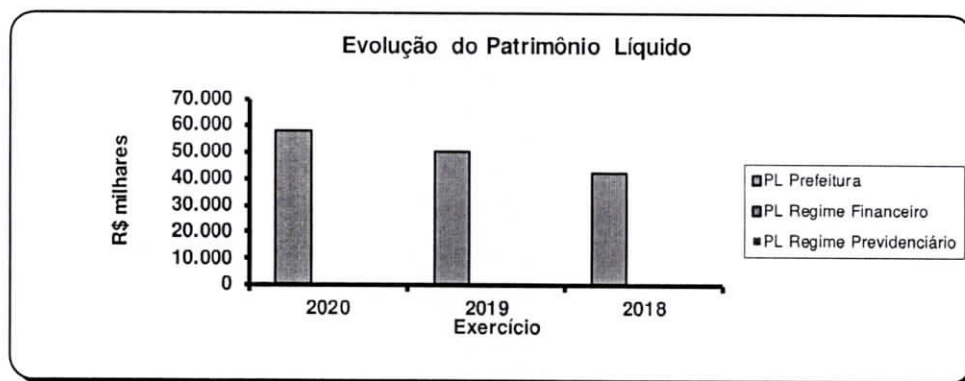


Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

| RECEITAS REALIZADAS | 2020 (a) | 2019 (b) | 2018 (c) |
|---|----------------------|----------------------|--------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | - | - | 83 |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | 83 |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | - | - | - |
| DESPESAS EXECUTADAS | 2020 (d) | 2019 (e) | 2018 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | - | 83 | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | 83 | - |
| Investimentos | - | 83 | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores ¹ | - | - | - |
| SALDO FINANCEIRO | (g)=((Ia-IId)+(IIIh) | (h)=((Ib-Ile)+(IIIi) | (i)=(Ic-IIf) |
| VALOR (III) | - | - | 83 |

Fonte: Anexo 11 do RREO - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos dos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Notas Explicativas:

1 - Despesas previstas no art. 44 da LRF: É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Receita de Contribuições Patronais | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Receita Patrimonial | - | - | - |
| Receitas Imobiliárias | - | - | - |
| Receitas de Valores Mobiliários | - | - | - |
| Outras Receitas Patrimoniais | - | - | - |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | - |
| Compensação Financeira entre os Regimes | - | - | - |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II) | - | - | - |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2018 | 2019 | 2020 |
| Benefícios | - | - | - |
| Aposentadorias | - | - | - |
| Pensões por Morte | - | - | - |
| Outras Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| Compensação Previdenciária entre Regimes | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V) | - | - | - |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) | - | - | - |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2018 | 2019 | 2020 |
| VALOR | - | - | - |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
| VALOR | - | - | - |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | - | - | - |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | - | - | - |
| Outros Aportes para o RPPS | - | - | - |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | - | - | - |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2018 | 2019 | 2020 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | - | - | - |
| Investimentos e Aplicações | - | - | - |
| Outro Bens e Direitos | - | - | - |

continua



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISAVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2022

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| RECEITAS CORRENTES (VII) | - | - | - |
| Receita de Contribuições dos Segurados | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Receita de Contribuições Patronais | - | - | - |
| Ativo | - | - | - |
| Inativo | - | - | - |
| Pensionista | - | - | - |
| Receita Patrimonial | - | - | - |
| Receitas Imobiliárias | - | - | - |
| Receitas de Valores Mobiliários | - | - | - |
| Outras Receitas Patrimoniais | - | - | - |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | - |
| Compensação Financeira entre os Regimes | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | - |
| Amortização de Empréstimos | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII) | - | - | - |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2018 | 2019 | 2020 |
| Benefícios | - | - | - |
| Aposentadorias | - | - | - |
| Pensões por Morte | - | - | - |
| Outras Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| Compensação Financeira entre Regimes | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X) | - | - | - |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) | - | - | - |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira | - | - | - |
| Recursos Para Formação de Reserva | - | - | - |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO) | 2018 | 2019 | 2020 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | - | - | - |
| Investimentos e Aplicações | - | - | - |
| Outros Bens e Direitos | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS | | | |
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
| Receitas Correntes | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | - | - | - |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
| Despesas Correntes (XIII) | - | - | - |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - |
| Demais Despesas Correntes | - | - | - |
| Despesas de Capital (XIV) | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | - | - | - |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) | - | - | - |

continua



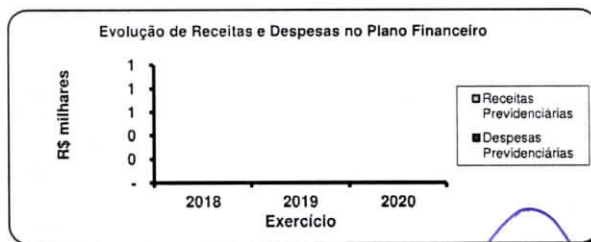
MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2022

| BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | - | - | - |
| Investimentos e Aplicações | - | - | - |
| Outros Bens e Direitos | - | - | - |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) | 2018 | 2019 | 2020 |
| Contribuições dos Servidores | - | - | - |
| Demais Receitas Previdenciárias | - | - | - |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII) | - | - | - |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) | 2018 | 2019 | 2020 |
| Aposentadorias | - | - | - |
| Pensões | - | - | - |
| Outras Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII) | - | - | - |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII) | - | - | - |

Nota Explicativa: Não existem valores para RPPS em razão do Município estar vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS e objeto de demonstrativo na LDO da União.





MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2020 | - | - | - | - |
| 2021 | - | - | - | - |
| 2022 | | - | - | - |
| 2023 | | - | - | - |
| 2024 | | - | - | - |
| 2025 | | - | - | - |
| 2026 | | - | - | - |
| 2027 | | - | - | - |
| 2028 | | - | - | - |
| 2029 | | - | - | - |
| 2030 | | - | - | - |
| 2031 | | - | - | - |
| 2032 | | - | - | - |
| 2033 | | - | - | - |
| 2034 | | - | - | - |
| 2035 | | - | - | - |
| 2036 | | - | - | - |
| 2037 | | - | - | - |
| 2038 | | - | - | - |
| 2039 | | - | - | - |
| 2040 | | - | - | - |
| 2041 | | - | - | - |
| 2042 | | - | - | - |
| 2043 | | - | - | - |
| 2044 | | - | - | - |
| 2045 | | - | - | - |
| 2046 | | - | - | - |
| 2047 | | - | - | - |
| 2048 | | - | - | - |
| 2049 | | - | - | - |
| 2050 | | - | - | - |
| 2051 | | - | - | - |
| 2052 | | - | - | - |
| 2053 | | - | - | - |
| 2054 | | - | - | - |
| 2055 | | - | - | - |

(continua)



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E
INATIVOS MILITARES

2022

(continuação)

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2056 | | | - | - |
| 2057 | | | - | - |
| 2058 | | | - | - |
| 2059 | | | - | - |
| 2060 | | | - | - |
| 2061 | | | - | - |
| 2062 | | | - | - |
| 2063 | | | - | - |
| 2064 | | | - | - |
| 2065 | | | - | - |
| 2066 | | | - | - |
| 2067 | | | - | - |
| 2068 | | | - | - |
| 2069 | | | - | - |
| 2070 | | | - | - |
| 2071 | | | - | - |
| 2072 | | | - | - |
| 2073 | | | - | - |
| 2074 | | | - | - |
| 2075 | | | - | - |
| 2076 | | | - | - |
| 2077 | | | - | - |
| 2078 | | | - | - |
| 2079 | | | - | - |
| 2080 | | | - | - |
| 2081 | | | - | - |
| 2082 | | | - | - |
| 2083 | | | - | - |
| 2084 | | | - | - |
| 2085 | | | - | - |
| 2086 | | | - | - |
| 2087 | | | - | - |
| 2088 | | | - | - |
| 2089 | | | - | - |
| 2090 | | | - | - |
| 2091 | | | - | - |
| 2092 | | | - | - |
| 2093 | | | - | - |
| 2094 | | | - | - |
| 2095 | | | - | - |

Nota: Não existem valores para RPPS em razão do Município estar vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS e objeto de demonstrativo na LDO da União



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|
| 2020 | - | - | - | - |
| 2021 | | | - | - |
| 2022 | | | - | - |
| 2023 | | | - | - |
| 2024 | | | - | - |
| 2025 | | | - | - |
| 2026 | | | - | - |
| 2027 | | | - | - |
| 2028 | | | - | - |
| 2029 | | | - | - |
| 2030 | | | - | - |
| 2031 | | | - | - |
| 2032 | | | - | - |
| 2033 | | | - | - |
| 2034 | | | - | - |
| 2035 | | | - | - |
| 2036 | | | - | - |
| 2037 | | | - | - |
| 2038 | | | - | - |
| 2039 | | | - | - |
| 2040 | | | - | - |
| 2041 | | | - | - |
| 2042 | | | - | - |
| 2043 | | | - | - |
| 2044 | | | - | - |
| 2045 | | | - | - |
| 2046 | | | - | - |
| 2047 | | | - | - |
| 2048 | | | - | - |
| 2049 | | | - | - |
| 2050 | | | - | - |
| 2051 | | | - | - |
| 2052 | | | - | - |
| 2053 | | | - | - |
| 2054 | | | - | - |
| 2055 | | | - | - |

(continua)



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E
INATIVOS MILITARES

2022

(continuação)

| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2056 | | | - | - |
| 2057 | | | - | - |
| 2058 | | | - | - |
| 2059 | | | - | - |
| 2060 | | | - | - |
| 2061 | | | - | - |
| 2062 | | | - | - |
| 2063 | | | - | - |
| 2064 | | | - | - |
| 2065 | | | - | - |
| 2066 | | | - | - |
| 2067 | | | - | - |
| 2068 | | | - | - |
| 2069 | | | - | - |
| 2070 | | | - | - |
| 2071 | | | - | - |
| 2072 | | | - | - |
| 2073 | | | - | - |
| 2074 | | | - | - |
| 2075 | | | - | - |
| 2076 | | | - | - |
| 2077 | | | - | - |
| 2078 | | | - | - |
| 2079 | | | - | - |
| 2080 | | | - | - |
| 2081 | | | - | - |
| 2082 | | | - | - |
| 2083 | | | - | - |
| 2084 | | | - | - |
| 2085 | | | - | - |
| 2086 | | | - | - |
| 2087 | | | - | - |
| 2088 | | | - | - |
| 2089 | | | - | - |
| 2090 | | | - | - |
| 2091 | | | - | - |
| 2092 | | | - | - |
| 2093 | | | - | - |
| 2094 | | | - | - |
| 2095 | | | - | - |

Nota: Não existem valores para RPPS em razão do Município estar vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo INSS e objeto de demonstrativo na LDO da União



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS
FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

R\$ milhares

| TRIBUTOS | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|--------------|------------|--|------------------------------|------|------|-------------|
| | | | 2022 | 2023 | 2024 | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | - |

Nota:

Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos do texto legal da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

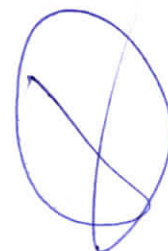
R\$ milhares

| EVENTOS | Valor Previsto para 2022 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita | 1.851 |
| (-) Transferências Constitucionais | - |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 614 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 1.237 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 1.237 |
| Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV) | 1.026 |
| Novas DOCC | 1.026 |
| Novas DOCC geradas por PPP | - |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 211 |

Notas Explicativas:

1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, para o Município em 2022, decorrem do aumento do salário mínimo nacional, estimado em R\$ 1.147,00, conforme previsto no PLDO 2022 da União.

2 - Foi considerado, para 2022, aumento de receita de até 3,20%, resultante da taxa de inflação de 3,77% multiplicado pelo fator de sensibilidade dos parâmetros macroeconômicos de 0,53%, resultando em 2,00%, e a taxa de crescimento do PIB de 2,10% multiplicado pelo fator de sensibilidade dos parâmetros macroeconômicos de 0,53%, resultou em 1,20%, ambos indicadores disponíveis no Relatório FOCUS do Bando Central do Brasil, publicado em 02 de julho de 2021.



Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



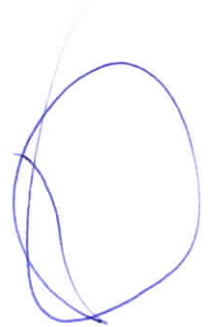
ANEXO III

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE VERTENTES

EXERCÍCIO DE 2022

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



ANEXO III – RISCOS FISCAIS
DO PROJETO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 2022

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município, para 2022, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º.

“§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.180/09, que aprovou a NBC T 19.7, que trata de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, definiu, nos seguintes termos:

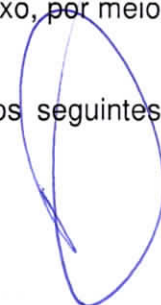
Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

A **Reserva de Contingência**, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da LRF destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos quais se incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida para a reserva de contingência.

Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.

No exercício de 2022 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:



1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas e aumentos de despesas em decorrência de:

- a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
- b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
- c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO;
- d) inadimplência superior às estimativas de recebimentos dos créditos de dívida ativa tributária, previstos nas campanhas de cobrança administrativa e judicial, consoante disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualizações;

2. Socorro à população em caso de situações emergenciais, de calamidade pública, epidemias, pandemias, notadamente a continuidade dos efeitos da pandemia do Covid-19 e enchentes, em valores superiores aos estimados para programas assistenciais, de saúde e da defesa civil que constarão da Lei Orçamentária.

3. Desastres ambientais de grandes proporções no território do município.

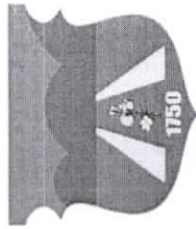
4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.

Havendo as ocorrências citadas, serão tomadas as providências referenciadas na folha anterior, por meio de utilização da reserva de contingência e realocação de recursos e redução de despesas discricionárias, assim como em situações emergenciais e de calamidade haverá gestão de riscos.

Considerando riscos hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, enquadrando-se em contingências passivas.

Anexa Tabela de Riscos Fiscais, modelo STN.





MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE
RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

R\$ milhares

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|-------|---|-------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 0 | | 0 |
| Dividas em Processo de Reconhecimento | 0 | | 0 |
| Avais e Garantias Concedidas | 0 | | 0 |
| Assunção de Passivos | 0 | | 0 |
| Assistências Diversas | 548 | | 548 |
| - Assistência a enchentes, catástrofes, pandemias, epidemias, seca, etc. | 100 | - Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência. | 100 |
| - Aquisição e distribuição de doses de vacina para o COVID-19, em conformidade com o Plano Nacional de Imunização - PNI, com recursos de emendas diretas Covid-19, transferência com finalidade direta pelo FNS e/ou tesouro próprio municipal. | 448 | - Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de dotações de despesas. | 448 |
| Outros Passivos Contingentes | 0 | | 0 |
| SUBTOTAL | 548 | SUBTOTAL | 548 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|--------|---|--------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 10.800 | | 10.800 |
| - Não recebimento dos recursos de operação de crédito. | 10.000 | - Contingencimento das despesas/limitação de empenho de investimentos com fonte de recurso de operação de crédito. | 10.000 |
| - Não recebimento de emendas parlamentares e recursos de convênios dos governos Estaduais e Federais. | 800 | - Contingencimento das despesas/limitação de empenho de investimentos com fonte de recurso de emendas parlamentares ou convênios. | 800 |
| Restituição de Tributos a Maior | 0 | | 0 |
| Discrepância de Projeções: | 0 | | 0 |
| Outros Riscos Fiscais | 0 | | 0 |
| SUBTOTAL | 10.800 | SUBTOTAL | 10.800 |
| TOTAL | 11.348 | TOTAL | 11.348 |

Notas Explicativas:

Valor da vacina baseado em R\$ 16,00 por dose considerando uma população-alvo de 14.000 pessoas, multiplicado por 2, (duas doses).

Prefeitura Municipal das
Vertentes-PE



ANEXO IV

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE VERTENTES

EXERCÍCIO DE 2022

**ANEXO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS
DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
PÚBLICO E NOVOS PROJETOS**

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop and a smaller loop, located in the bottom right corner of the page.

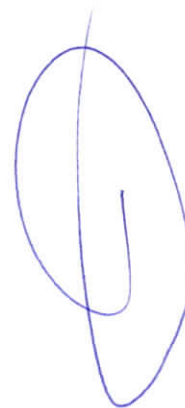
APRESENTAÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu no art. 45 que somente deverão ser incluídos novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

O presente anexo contém a discriminação das obras em andamento, despesas previstas para conservação do patrimônio e os novos projetos que serão incluídos na lei orçamentária para 2022, para atendimento das disposições do parágrafo único do referido art. 45 da LRF.

Estão evidenciadas detalhadamente, a seguir:

- I - Obras em Andamento;
- II - Despesas para Conservação do Patrimônio;
- III - Novos Projetos

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop with a vertical line through it, resembling a capital letter 'G' or a similar symbol.



MUNICÍPIO DE VERTENTES - PE
ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2022

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOVOS PROJETOS
(Art. 45 da LRF)

| IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS | OBRAS EM EXECUÇÃO | | | VALOR EXECUTADO EM 2022 (R\$) | Fonte (Recurso Próprio) | Fonte (Recurso Vinculado - Convênio) | VALOR A SER GASTO EM 2022 COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO (R\$) | GASTOS COM NOVOS PROJETOS EM 2022 (R\$) |
|---|-----------------------------------|---------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|---|---|
| | ANO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DA OBRA | VALOR TOTAL DA OBRA (R\$) | % DE CONCLUSÃO PREVISTO P/2022 | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO | | | | | | | | |
| Pavimentação da Rua Pau Brasil e Travessa Pedro Ferreira | 2017 | 376.013,31 | 100% | 84.327,31 | 0,00 | 84.327,31 | | |
| Pavimentação em paralelepípedos graníticos de diversas ruas - recursos da União | 2017 | 1.279.319,97 | 100% | 639.659,98 | 0,00 | 639.659,98 | | |
| Pavimentação de Ruas - recursos da União | 2022 | | | 1.040.000,00 | 40.000,00 | 1.000.000,00 | | 1.040.000,00 |
| Pavimentação de Ruas - recursos da União | 2021 | 2.080.000,00 | 100% | 2.080.000,00 | 80.000,00 | 2.000.000,00 | | |
| Diversos - FINISA | 2022 | | | 10.000.000,00 | 0,00 | 10.000.000,00 | | 10.000.000,00 |
| Pavimentação de Ruas - recursos do Estado | 2019 | 1.015.291,25 | 100% | 1.015.291,25 | 0,00 | 1.015.291,25 | | |
| Conservação do Patrimônio Público em novos Projetos | 2022 | | | | 284.000,00 | 0,00 | 500.000,00 | 84.000,00 |
| Subtotal | | 4.750.624,53 | | 14.859.276,54 | 404.000,00 | 14.739.278,54 | 500.000,00 | 11.124.000,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | |
| FEM Políticas para Mulheres | 2019 | 123.151,67 | 100% | 123.151,67 | 31.815,35 | 91.336,32 | | |
| Subtotal | | 123.151,67 | | 123.151,67 | 31.815,35 | 91.336,32 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | | | |
| Investimentos SUS e Estado | 2022 | 0,00 | | 1.373.321,00 | 0,00 | 1.373.321,00 | | 1.373.321,00 |
| Subtotal | | 0,00 | | 1.373.321,00 | 0,00 | 1.373.321,00 | 0,00 | 1.373.321,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | | | | | |
| Investimentos FNDE | 2019 | 621.347,06 | 100% | 621.347,06 | 76.550,00 | 544.797,06 | | |
| Subtotal | | 621.347,06 | | 621.347,06 | 76.550,00 | 544.797,06 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | | 5.495.123,26 | | 16.877.098,27 | 512.365,35 | 16.748.732,92 | 500.000,00 | 12.497.321,00 |

RESUMO

| IDENTIFICAÇÃO | CUSTO TOTAL DA OBRA (R\$) |
|-----------------------------------|---------------------------|
| OBRAS EM ANDAMENTO | 4.563.777,27 |
| CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO | 500.000,00 |
| NOVOS PROJETOS | 12.497.321,00 |
| TOTAL | 17.561.098,27 |